Licenciatura em Pedagogia

GLENDA AIRAN BISPO DOS SANTOS

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: contribuições para o desenvolvimento de metodologias dentro de um planejamento individual

Paripiranga
2021

GLENDA AIRAN BISPO DOS SANTOS

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: contribuições para o desenvolvimento de metodologias dentro de um planejamento individual

Monografia apresentada no curso de graduação do Centro Universitário AGES como um dos pré-requisitos para obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profª. Ma. Josefa Risomar Oliveira Santa Rosa

Paripiranga
2021

GLENDA AIRAN BISPO DOS SANTOS

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: contribuições para o desenvolvimento de metodologias dentro de um planejamento individual

Monografia apresentada como exigência parcial para obtenção do título de licenciada em Pedagogia à Comissão Julgadora designada pela Coordenação de Trabalhos de Conclusão de Curso da Ages.

Paripiranga, 13 de julho de 2021

BANCA EXAMINADORA

_____

Profª. Josefa Risomar Oliveira Santa Rosa
UniAGES

_____

Profª Andriele Morais de Santana
Externo

Santos, Glenda Airan Bispo dos, 1986

Educação inclusiva: contribuições para o desenvolvimento de metodologias dentro de um planejamento individual / Glenda Airan Bispo dos Santos. – Paripiranga, 2021.

62 f.: il.

Orientadora: Profª. Ma. Josefa Risomar Oliveira Santa Rosa

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Centro Universitário AGES, Paripiranga, 2021.

1. Educação especial. 2. Educação Inclusiva. 3. Aprendizagem. 4. Estratégias pedagógicas. I. Título. II. Centro Universitário AGES.

A Deus, toda honra e glória por esta vitória.

A minha filha, que é a minha inspiração para prosseguir em frente todos os dias.

Aos meus pais, por sempre estarem ao meu lado, fornecendo apoio e carinho.

AGRADECIMENTOS

Não há palavras que sejam suficientes para descrever este momento. Foram muitas lágrimas derramadas, muitas noites de sono perdidas, inúmeros dias de desespero, mas o sentimento de dever cumprido hoje permanece, por saber que consegui produzir um trabalho que poderá contribuir não somente para a minha prática docente como também de outros profissionais.

A Deus, por me sustentar todas as vezes que achei que não seria possível seguir em frente. Por ter sido meu alicerce quando não mais acreditava em mim mesma e por preparar pessoas tão especiais, que a todo instante falavam que eu iria conseguir. A Deus toda honra e glória, pois, se não fosse sua presença na minha vida este trabalho monográfico, bem como a conclusão do curso de pedagogia não seria possível.

Aos meus pais, minha eterna gratidão, por me apoiarem, por estarem sempre ao meu lado e por cuidar tão bem do meu maior tesouro, minha filha Isabella. Em especial a minha mãe Maria Carvalho, que ficou dias e noites fazendo o papel de mãe da minha filha ou até mesmo me esperando chegar da faculdade. Serei eternamente grata, pois se não fosse esta mulher guerreira, a conclusão deste trabalho não seria possível, por isso, a você eu o dedico.

A minha filha, que mesmo tão pequena teve que compreender desde cedo a ausência da sua mãe. Ainda uma criança, sempre soube como acalentar meu coração ao me ver em desespero, ela vinha e demonstrava seu amor e compreensão com palavras e gestos lindos de ternura e carinho, como por exemplo um “eu te amo” ao me ver chorando. Gratidão por tê-la comigo nesta tão sonhada etapa da minha vida.

Aos meus irmãos, Gabriela, Gabriel, Lucas, Ruan e Valter, as minhas cunhadas Jéssica e Regilane, bem como aos demais familiares que de certo modo estiveram sempre na torcida. Sei que esta não é uma vitória somente minha, mas de todos.

Ao meu pastor, Moisés, e sua esposa, irmã Lilian, por estarem sempre intercedendo por mim desde o início do curso, assim como também agradeço a cada membro da igreja Assembleia de Deus em Adustina, na qual congrego, e estes sempre estiveram orando ao meu favor, em especial as irmãs Alda, Diva, Marcilene, Núbia e o grupo de jovens que não cessaram de orar por mim.

Aos meus colegas de faculdade, que se tornaram amigos, Rafaela, Aparecida, Tamires, Cleriston, José e Railton que estiveram comigo desde o primeiro período, com uma parceria mútua, que se estendeu até a conclusão do curso. Em especial minha eterna gratidão as minhas amigas Darcy e Maria José que não mediram esforços para me ajudar em todos os aspectos que precisei, assim, nunca largaram a minha mão e vibraram comigo a cada passo dado. Serei eternamente grata por tudo e por tanto que fizeram.

Gratidão também a: Leila; Ayla; Sônia; Andriele; Marina; Marcos Paulo; Edivan; Maykon; Viviane; Aldeane; Aline; Bruna; Edna; Reno; Mayra; Justino; Janaina; Aninha; Gilmar; Lionor; Chico; Valdeine; que estiveram sempre me ajudando direta e indiretamente, e a cada conquista estavam a vibrar comigo. A vocês todo o meu carinho e agradecimento.

A todos os professores, que tive durante o decorrer do curso, agradeço por cada contribuição. Em especial Josefa Risomar, que além de ter sido minha professora durante todo curso foi minha orientadora neste trabalho monográfico, bem como a Aurélia, Gilza, Érica e Glaydston, que nos momentos mais difíceis dentro da instituição me auxiliaram, dando o suporte necessário e apoio para que eu conseguisse concluir os semestres que mais enfrentei dificuldades, hoje, além de professores se tornaram amigos.

Minha eterna gratidão também a Myrella, do setor do antigo CAA da Ages, por sempre ter se colocado à disposição para me ajudar quando passei por dificuldades para continuar o curso.

Aos irmãos de coração, Adenilza e Valter, por me acolher em sua casa sempre que necessitei ficar hospedada em Paripiranga. A vocês meu muito obrigada. Enfim, meus agradecimentos se estendem a todos e a todas que direta ou indiretamente contribuíram para que fosse possível eu chegar até aqui.

Ainda que a figueira não floresça, nem haja fruto na vide; o produto da oliveira minta, e os campos não produzam mantimento; as ovelhas sejam arrebatadas do aprisco, e nos currais não haja gado, todavia, eu me alegro no Senhor, exulto no Deus da minha salvação.

Habacuque 3:17-18

RESUMO

Desde muito tempo ouve-se falar em crianças com necessidades especiais, sendo que esse assunto era tratado, majoritariamente, de forma banal, e essas crianças não tinham acesso às escolas e muito menos ao meio social, pois eram vistas como pessoas inúteis, desprovidas de sabedoria. Os anos foram passando e as instituições de ensino começaram a problematizar esse preconceito, fomentando a inclusão dessas pessoas em seus ambientes educativos. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), pode-se afirmar que a educação é direito e dever de todo ser humano, incluindo, assim, as crianças com necessidades especiais, e nesse momento surge os desafios da inclusão, a qual é o assunto discutido nesse trabalho monográfico, pois o número de crianças com necessidades educacionais especiais vem aumentando, exigindo, assim dos ambientes escolares condições adequadas para recebê-las. Por isso, a pesquisa discorre sobre a inclusão e os desafios enfrentados pela comunidade escolar para efetivá-la nos dias atuais. Dado o exposto, entende-se que as contribuições do presente trabalho trazem uma reflexão acerca da importância do planejamento individual para elaboração de metodologias e práticas, que levem a interação das crianças com as deficiências na sala regular, com o intuito de garantir uma educação de qualidade para todos, trabalhando, assim, uma gama de valores, incluindo o respeito e a diferença.

PALAVRAS-CHAVE: Educação especial. Educação inclusiva. Aprendizagem. Conhecimento. Autonomia. Planejamento. Estratégias pedagógicas. Inclusão.

ABSTRACT

For a long time we hear about children with special needs, and this subject was treated, mostly, in a banal way, and these children did not have access to schools and even less to the social environment, as they were seen as useless people, deprived of wisdom. Years passed and educational institutions began to problematize this prejudice, encouraging these people inclusion in their educational environments. According to the Law of Guidelines and Bases (LDB), it can be said that education is a right and a duty of every human being, thus including children with special needs, and at that moment the challenges of inclusion arise, which is the subject discussed in this monographic work, as the number of children with special educational needs has been increasing, thus demanding adequate conditions from school environments to receive them. Therefore, the research discusses inclusion and the challenges faced by the school community to make it effective nowadays. Given the above, it is understood that this work contributions bring a reflection about the individual planning importance for methodologies and practices development, which lead to the interaction of children with disabilities in the regular classroom, in order to ensure a quality education for everyone, thus working with a range of values, including respect and difference.

KEYWORDS: Special education. Inclusive education. Learning. Knowledge. Autonomy. Planning. Pedagogical strategies. Inclusion.

SUMÁRIO

1 MARCO INTRODUTÓRIO 11

2 MARCO TEÓRICO 15
2.1 A fundamentação teórica e legal da educação inclusiva 16
2.2 O papel da educação especial na perspectiva inclusiva 18
2.3 Educação inclusiva na contemporaneidade 24
2.4 Currículo flexível numa perspectiva do planejamento individualizado e o PDI 28
2.5 Sala de ensino regular 31

3 MARCO METODOLÓGICO 34
3.1 Objeto de análise 34
3.2 Caracterização da pesquisa 35

4 MARCO ANALÍTICO 39
4.1 Planejamento de Desenvolvimento Individual (PDI) 41
4.2 Etapas de elaboração 42
4.3 Aplicabilidade 44
4.4 Perfil dos professores 45

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 48

REFERÊNCIAS 53

ANEXOS 59

1 MARCO INTRODUTÓRIO

O conceito de inclusão é semelhante ao de integração, no que diz respeito ao direito da pessoa com deficiência à igualdade de acesso ao espaço comum da vida em sociedade. Entretanto, enquanto o paradigma de serviços, pressupõe mudanças no indivíduo, no sentido de normalizá-lo, o paradigma de suportes propõe como investimento principal, a mudança da sociedade, a fim de recebê-lo e incluí-lo.

A partir do paradigma de inclusão, a pessoa com deficiência passa a ter o direito à convivência não segregada e ao acesso imediato e contínuo aos recursos disponíveis aos demais cidadãos. Assim, os suportes oferecidos podem ser de diferentes tipos (social, econômico, físico, instrumental) e têm como objetivo favorecer a construção do processo de Inclusão Social.

Assim, o paradigma de suportes prevê intervenções decisivas e afirmativas tanto no processo de desenvolvimento do sujeito, como no processo de reajuste da realidade social. Logo, o trabalho deve acontecer direto com o sujeito, intervindo-se nas diferentes instâncias que contextualizam a sua vida na comunidade, visando-se ajustá-las quando necessário.

Para tanto, pensar a possibilidade do PDI (Plano de Desenvolvimento Individual) como uma ferramenta metodológica de inclusão escolar, é o professor inserir em suas práticas os alunos com necessidades educacionais especiais, através das atividades propostas na sala de aula regular, pensando em meios que venham possibilitar sua aprendizagem, bem como garantir sua permanência dentro da escola.

Nesta direção, o presente texto monográfico vem abordar uma importante temática dentro do contexto escolar: “Educação Inclusiva: contribuições para o desenvolvimento de metodologias dentro de um Planejamento Individual”. Este se deu a partir da percepção que a escola[1] necessita compreender melhor a modalidade de ensino que condiz a educação especial, e como propor práticas inclusivas por meio do PDI, entendendo melhor seus objetivos, benefícios e como esse pode ser implementado. Para tal, as propostas didáticas devem ser desenvolvidas de acordo

[1] Quando nos referimos a escola, pensamos em todos os profissionais que ali atuam, especialmente, neste caso, os(as) professores(as).

com a fase e o desenvolvimento físico-motor, cognitivo, afetivo e social em que a criança esteja considerando a aprendizagem do sujeito integral.

Sabemos que um dos objetivos que a escola deve ter é a obrigatoriedade em promover uma educação inclusiva. Neste sentido, o planejamento individualizado tem por objetivo focar e trabalhar considerando as diferenças individuais, tal aspecto está localizado no PDI. Se antes o(a) estudante deveria se adaptar ao currículo ou a "grade[2]", hoje, o currículo escolar precisa ser planejado levando em consideração as diferentes especificidades do contexto escolar, portanto, o planejamento deve propor diferentes rotas para diferentes indivíduos.

Assim, nasceu esta pesquisa monográfica, tendo como objetivo geral: compreender a importância do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) como suporte pedagógico para os alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) na sala de aula regular. Elegeu-se como objetivos específicos: discutir os fundamentos filosóficos, teóricos e legais que embasam a organização da educação especial na perspectiva inclusiva brasileira; analisar a filosofia do PDI e sua ressignificação frente ao atual paradigma da educação inclusiva.

Logo, o vigente estudo, poderá trazer uma reflexão aos docentes sobre como tem ocorrido sua prática e se a mesma tem favorecido a inclusão de todos os alunos, haja vista que a educação é um direito de todos e deve ser orientada no sentido do pleno desenvolvimento e do fortalecimento da aprendizagem. Dessa forma, a educação escolar deve propor metodologias que alcancem os(as) alunos(as) em cada fase, promovendo possibilidades para o seu desenvolvimento num todo.

Entendemos, pois, que esta pesquisa se faz necessária, por contribuir na construção da identidade docente, especialmente no que se refere aos saberes e fazeres voltados para a diversidade, pois, o contexto atual, exige um pensar e repensar as práticas pedagógicas dos docentes e da escola como um todo, para que, assim, seja oferecido uma educação com ética e justiça.

Assim sendo, é preciso compreender, da mesma forma que o mundo evolui e a tecnologia assume uma relevância cada vez maior no processo de aprendizagem, a formação de professores também precisa acompanhar essa evolução. Com base nesse olhar, é pertinente um projeto educacional que compreenda e considere as

[2] Antigamente o currículo recebia o nome de grade.

particularidades de cada criança, bem como o contexto familiar e social, para tanto, o olhar singular a este aluno se faz primordial.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, dividiu-se o texto em três partes: a primeira delimitou-se o marco introdutório no qual se apresenta, de forma geral, o que pretende a pesquisa.

A segunda, refere-se ao desenvolvimento do texto e está subdividida em três capítulos: o primeiro é a fundamentação teórica, que está subdividida em cinco tópicos: o primeiro retrata sobre uma breve história da educação inclusiva no Brasil, a fim de trazer uma análise quanto aos avanços que esta modalidade de ensino obteve até os dias atuais; o segundo aborda sobre o papel da educação especial na perspectiva inclusiva, apresentando uma reflexão acerca de como combater todo tipo de discriminação ao aluno com deficiência, e, assim, a aceitação deste dentro da sala de ensino regular; o terceiro tópico discute as estratégias da educação inclusiva na contemporaneidade, que está voltado para a discussão das estratégias metodológicas de ensino para os alunos com necessidades educacionais especiais; o quarto tópico traz o currículo flexível, que está voltada para um direcionamento quanto o papel do planejamento e do PDI; o quinto tópico aborda quanto a relevância da sala de ensino regular, apontando que o educador é quem irá criar situações que possibilite a aprendizagem e venha alcançar as competências para o desenvolvimento pleno de todos os alunos na sala de aula.

No segundo capítulo está o marco metodológico, que retrata a metodologia utilizada nesta pesquisa, a qual é de cunho exploratório documental e de natureza qualitativa. A pesquisa para Gil (2008) é um “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos” (p.17). Assim, pode-se compreender que para se iniciar uma pesquisa é imprescindível, desde o início, analisar, muito além do que apenas os assuntos a serem pesquisados, ou seja, é necessário todo um planejamento, partindo da visão do todo e das partes para que o projeto seja efetivado com êxito.

Nesse sentido, a metodologia é a sistematização por meio de métodos ou técnicas para efetivação da pesquisa. Ou seja, neste momento é fundamental descrever a linha de abordagem trilhada na pesquisa que inclui: a técnica, a abordagem, a delimitação do universo, o tipo de amostragem, bem como o procedimento, estabelecendo relações com as teorias que são demandadas em virtude dos dados investigados. Segundo Gil (2002), “uma pesquisa sobre problemas

práticos pode conduzir a descoberta de princípios científicos. Da mesma forma, uma pesquisa pura pode fornecer conhecimentos possíveis de aplicação prática imediata" (p. 18). Dando ênfase para esse procedimento, é a metodologia que gera a possibilidade de o professor observar se os acadêmicos estão realizando uma pesquisa de forma coerente com o projeto, tanto como atendendo o foco dos objetivos, problemas, hipóteses, além da fundamentação teórica que deve estar de acordo com o diagnóstico mencionado no início do projeto.

O terceiro capítulo, refere-se ao marco analítico, que apresenta uma discussão mais aprofundada sobre o objeto selecionado como amostra de estudo. Sendo assim, o marco analítico é a parte da pesquisa que apresenta o objeto em análise, neste caso, o PDI como ferramenta metodológica. Logo, apresentaremos, como esta ferramenta pedagógica pode contribuir na prática docente a dá suporte no processo de desenvolvimento educacional ao aluno com necessidades educacionais especiais.

A terceira e última parte corresponde as considerações finais, nas quais constam os resultados alcançados após todo o processo de elaboração da pesquisa, também estão as conclusões feitas sobre a temática abordada e as contribuições que esta pode proporcionar na formação profissional do sujeito. Por isso, este projeto ganha significado por auxiliar na construção de práticas inclusivas verdadeiramente comprováveis, haja vista que não é uma fórmula pronta, nem algo único, mas sim um complemento de diversos trabalhos já publicados nesta área que tem como fim a inclusão como processo igualitário e efetivo na vida de todas as pessoas, principalmente, daqueles que vivem à margem da sociedade.

2 MARCO TEÓRICO

A medida em que a sociedade foi evoluindo, houve um novo olhar para com a aprendizagem das crianças com deficiência, foi visto que, mesmo tendo limitações as mesmas são capazes de aprender. Decorrente de tantas lutas, pode-se dizer que houve grandes avanços em relação a educação especial, mas, a preocupação que atualmente se tem, é em relação ao docente, haja vista que se tem confundido o papel da educação especial com relação a educação inclusiva, criando assim uma grande barreira na qualidade de ensino, por isso, é de suma importância que exista um entendimento por parte dos docentes quanto a diferença entre elas.

Nesta direção, Lima (2006) analisa que a proposta atual de inclusão envolve escolas do país inteiro, em todos os níveis (educação infantil à educação superior. Porém, a diversidade das questões a considerar merece ampla reflexão. Com base nessa temática e com suas possíveis implicações, este estudo procura refletir acerca de possíveis caminhos para auxiliar os educadores em sua prática de ensino, enfocando a importância da relação entre a educação inclusiva e a educação especial, em vista disso, faz-se pertinente analisarmos o que cada uma tem como objetivo em sua prática.

A educação especial tem como foco central o ensino direcionado para os alunos com deficiência, tendo seu atendimento centrado na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), vista que é direito do aluno com deficiência ter o atendimento especializado, e este vem sendo garantido na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) Lei de Nº 9.394 de 1996, na qual tem um capítulo que ampara a educação especial, afirmando que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial”. Também afirma que “o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a integração nas classes comuns de ensino regular”.

No entanto, a educação inclusiva objetiva atender todos os alunos, sem distinção. Para tanto, a Declaração de Salamanca (1994), constitui em sua diretriz os meios mais eficazes para que não haja nenhuma exclusão. Nesta visão a escola tem por obrigatoriedade atender todos os estudantes, com e sem deficiência; segundo

Mendes (2003), além de ser um direito, a educação inclusiva é uma resposta às demandas do contexto atual da sociedade, incentivando uma pedagogia não homogeneizadora e desenvolvendo competências interpessoais em sua totalidade.

2.1 A fundamentação teórica e legal da educação inclusiva

Para compreendermos mais amplamente esse processo, faz-se necessário entender os muitos caminhos já trilhados pela humanidade ocidental em sua relação com as conquistas legais alcançadas ao longo do tempo. Assim, desde 1988 que a nossa Constituição tem como um dos princípios: assegurar a todos a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sem qualquer tipo de discriminação, mas, este princípio ainda não se tornou realidade para milhares de crianças e jovens que apresentam necessidades educacionais especiais.

A falta de um apoio pedagógico adequado às necessidades especiais faz com que muitas dessas crianças e jovens não estejam na escola. Na maioria das vezes as famílias não encontram escolas organizadas para recebê-los, o que é, também, uma forma de discriminar. Isso também faz com que essas crianças e adolescentes deixem a escola depois de algum tempo, ou então que permaneçam sem progredir para os níveis mais elevados de ensino (BRASIL, 2004).

Assim, com o propósito de amparar aos alunos com deficiências, respectivamente a outra com o intuito de defender a todos que estejam de certo modo excluso. A Declaração de Salamanca (1994), mostra que é necessário se ter um novo olhar às necessidades educativas especiais, a mesma não vem somente beneficiar os indivíduos com deficiência, mas todos que estejam dentro da classe excluída.

A modalidade de ensino que engloba a educação inclusiva é algo muito novo na trajetória do Brasil. Em sua história está inserida progressos e impasses que compõem a necessidade de estudos capazes de atender e compreender a sociedade em sua pluralidade. Tradicionalmente, a educação no Brasil foi utilizada como um instrumento de exclusão social, a qual por muitas décadas era ofertada a um grupo social específico ou grupos privilegiados, mesmo quando pretendia promover a sociedade, a realidade na prática educacional era bem diferente.

Foi a partir da década de 80 que o ensino tomou uma nova formação e a escola passou a ser compreendida como um espaço de promoção à uma educação de qualidade e que deve ser ofertada para a sociedade de forma igualitária, incluindo no mesmo espaço de ensino os alunos especiais e os ditos “normais”. A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96), no inciso III do Artigo 4 estabelece o atendimento especializado gratuito aos alunos com necessidades especiais, preferencialmente, na rede regular de ensino, prevendo assim em sua totalidade a real inclusão destes dentro do contexto escolar.

Dentre os marcos da educação inclusiva no Brasil, destaca-se a Constituição Federal de 1988 e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, que traz consigo no inciso III do artigo 208, que o Estado deve garantir o atendimento especializado aos portadores de deficiência na rede de ensino regular, exigindo assim a “Inclusão”. Já em âmbito internacional, um dos documentos mais importantes foi a Declaração de Salamanca, resolução da ONU lançada em 1994, que objetiva à promoção da educação inclusiva das crianças com necessidades especiais. Dentre outras coisas declara que aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deve acomodá-los, dentre de uma pedagogia centrada na criança e que trabalhe sua totalidade, a capacitando ou potencializando sua aprendizagem, a fim de inseri-lo dentro da sociedade.

Desta forma, é perceptível que a educação inclusiva está intimamente ligada ao desempenho e capacidade humana em lidar com as diferenças apresentadas por cada sujeito. A escola inclusiva, portanto, deve apresentar características eficazes através de um currículo flexível que consiga atender às necessidades individuais de cada aluno. Pois segundo Sánchez (2005, p.11):

> [...] a educação inclusiva deve ser entendida como uma tentativa a mais de atender as dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e um meio de assegurar que os alunos, que apresentam alguma deficiência, tenham os mesmos direitos que os outros.

Desta forma, a inclusão necessita ocorrer em todo espaço ao qual a criança tenha contato, seja sua casa, escola ou qualquer outro ambiente social. Diante disso, Sasaki (1997), discute que a inclusão social é importante para que a sociedade possa aprender a lidar, respeitar e conviver com as diferenças entre pessoas. A inclusão social é um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus

sistemas sociais, cidadãos que dela foram excluídos, no sentido de terem acesso a seus direitos fundamentais. Segundo este autor, existem barreiras que as pessoas com necessidade especiais se deparam, e a sociedade precisa ser modificada para incluir estas pessoas.

A inclusão social, é também um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade, através de transformações, nos espaços e ambientes. Para tanto, as transformações cabíveis para que ocorra tanto a aprendizagem quanto a inclusão não está somente voltada para a escola. A criança em sua totalidade aprende em vários espaços, e esta já nasce com algumas potencialidades, no entanto a mesma precisa ser instigada para que o seu desenvolvimento ocorra, caso não, esta potencialidade não será visível.

2.2 O papel da educação especial na perspectiva inclusiva

Conforme já mencionado, a educação especial é uma modalidade de ensino que visa o atendimento aos alunos com deficiência. Em sua estrutura e objetivo está intrinsicamente relacionado ao trabalho voltado para o desenvolvimento amplo da criança, no sentido de que alcance atender às necessidades específicas de cada aluno, possibilitando meios em que este possa se desenvolver e conseguir ser inserido não somente no meio escolar, como também no meio social. Conforme já mencionado, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB 9394/96), a Educação Especial deve ser preferencialmente oferecida nas redes de ensino regular, entendendo que cada pessoa é única, desta forma irá possuir necessidades diferentes dos demais, desta forma vai necessitar de recursos pedagógicos, metodologias e práticas adaptadas específicas, para que contribuam com sua aprendizagem.

Para um melhor entendimento em como se deu esta modalidade de ensino, quais os passos e processos vivenciados até hoje, Carmo (1991) apresenta um breve relato da história da educação especial, a qual apresenta três momentos distintos: pré-história da educação especial, a era das instituições e a época atual.

Ao analisarmos a história do suporte as pessoas com necessidades educativas especiais são perceptíveis que sempre existiram pessoas diferentes em todo contexto da civilização, entretanto não há muitos relatos escritos a respeito do assunto.

Segundo Carmo (1991), na antiguidade havia duas formas de lidar com relação às pessoas doentes, idosas ou deficientes: uma conduta era de aceitação e tolerância; outra que dominava era o abandono ou até mesmo a morte. Essa época foi marcada pela ignorância e não aceitação da pessoa com deficiência, assim as tribos que em poucas vezes aceitavam as crianças ou adultos, acreditavam que os maus espíritos estavam nestas pessoas com o intuito de tornar as demais em indivíduos normais. Segundo Carmo (1991), quase todas as tribos eram nômades e acabavam abandonando os idosos, doentes e os deficientes, devido a essas pessoas não conseguirem se deslocar no ritmo que todos seguiam de um lugar para o outro.

A morte se dava por fraqueza, debilidade ou eram devoradas por animais. De acordo com Jimenez (1997), entre os séculos XVII e XVIII, os Esquimós, abandonavam os velhos e deficientes em lugares já pensados para que fossem comidos pelos ursos brancos. Em outras tribos, como a dos índios Ajores[3], abandonavam os bebês deficientes e as crianças não desejadas, em particular as meninas. Em relação aos velhos e as pessoas que ficassem deficientes no decorrer da vida, eram enterrados vivos, argumentando que assim a terra os protegeria contra tudo e contra todos. Para BianchettI (2001), os hebreus achavam que toda doença crônica ou deficiência simbolizava impureza ou pecado, assim nas mais remotas sociedades era comum o infanticídio de deficientes.

No período da Idade Média, a igreja condenou o infanticídio, porém ao mesmo tempo acreditavam que as anormalidades e as deficiências que possuíam eram decorrentes de causas sobrenaturais. Pensavam que as pessoas possuíam poderes especiais, vindos de demônio, bruxa e outros espíritos, desta forma faziam exorcismos, em busca da cura. De acordo com Mantoan (1989), o Cristianismo mudou o modo de ver a deficiência, incluindo estes como um portador entre as “criaturas de Deus”, assim não poderia ser abandonado, já que possui alma. A partir de então as pessoas com deficiência passaram a ser vistas em relação as suas necessidades básicas, como alimentação e abrigo, entretanto, não havia uma preocupação com relação ao seu desenvolvimento e educação.

No período do século XVII e XVIII, era notório o descaso para com os deficientes mentais, eles eram internados nas mesmas instituições: orfanatos, manicômios, prisões, onde fali eram colocados junto a outros excluídos, como:

[3] Primitivos índios ajores que viviam na Bolívia devido às condições nômades.

delinquentes, doentes mentais, velhos e pobres. Este período foi conhecido como a fase de exclusão, uma época em que a pessoa com deficiência não recebia nenhuma atenção educacional e nem um outro serviço assistencial, desta forma os deficientes formavam uma classe ignorada, rejeitada e, muitas vezes, perseguida e explorada (JIMENEZ, 1997).

Segundo Carmo (1991), no período do Renascimento, passou a se ter um novo olhar das pessoas com deficiência, passando a se pensar em direito e deveres a esta classe. Nesta época, surge as primeiras pessoas preocupadas com as pessoas com deficiência: Bauer (1443-1485), Jerônimo Cardan (1501-1576), frade Pedro Ponce de León (1509-1584), Joubert (1529-1582), Binet (1579-1633), Charles Michel de l'Epée (1712-1789), Valentin Haüy (1746-1822), Louis Braille (1806-1852). Nessa época teve algumas pessoas importantes no meio da cultura, ciência, arte e música que eram deficientes como: Luís de Camões, Galileu Galilei, Johannes Kepleer, Ludwig Von Beethoven, Antonio Francisco Lisboa, que tinham algum tipo de deficiência física, mas não deixavam de fazer o que gostavam, já o deficiente mental ainda permanecia excluído, sem nenhum vínculo social e a este era negado as oportunidades de aprendizagem.

O período conhecido como era das instituições marcou o segundo momento da história da educação especial, conhecido também como período da segregação institucional que vai dos finais do século XVIII e começo do século XIX. Nesse momento a educação especial passa a ter início de modo ainda bem reduzido, pois a assistência era de modo básico, oferecida por instituições filantrópicas e segregacionista, sendo que em relação a educação os mesmos continuavam exclusos. As instituições que ajudavam eram voluntárias, sendo a maior parte religiosas, as quais recebiam permissão do governo para tal ação, mas nenhum tipo de ajuda (CARMO, 1991). Com a finalidade de alguma forma proteger a pessoa dita “normal” da “não normal”, pensa-se em fazer escolas e instituições para oferecer o atendimento a estes, contudo prevalece a exclusão, fazendo tais separações no âmbito educacional.

Mesmo tendo certos aspectos negativos, houve avanços em relação a educação especial, haja vista que fora beneficiada por meio de alguns pontos: a criação de escolas voltadas a pessoas com deficiência e a preocupação de pesquisar métodos de tratamento com o auxílio do desenvolvimento científico e técnico, também passou a se beneficiar dos métodos de avaliação. Segundo BRASIL/SEESP-MEC

(1994), mesmo seguindo os princípios democráticos de igualdade, liberdade e respeito à dignidade, esta é guiada por princípios norteadores: princípios da normalização, integração e individualização. Segundo Aguiar (2001), o princípio da normalização vem proporcionar a igualdade em relação as oportunidades sociais, educacionais e profissionais, haja vista que, o respeito deve existir para com as diferenças de qualquer pessoa.

O princípio da integração vem estabelecer meios que facilitam a participação da pessoa com deficiência na sociedade, levando em consideração os valores democráticos de igualdade, participação, respeito e o cumprimento em relação aos direitos e deveres existentes na sociedade. Este princípio consiste na aceitação do indivíduo na participação dos grupos existentes na sociedade, uma vez que, as diferenças são valorizadas e respeitadas no princípio da individualização. Para tanto, individualizar o ensino significa atender às necessidades de cada um, levando em consideração o que cada pessoa necessita para seu processo de desenvolvimento.

A fase da inclusão é vista como o terceiro momento da educação especial, essa começa ocorrer na década de 90. Nesse período a inclusão vem possibilitar uma grande conquista educacional, colocando como foco que todos os alunos estejam dentro do mesmo contexto escolar, levando em consideração a participação em todas as atividades e adaptando, quando necessário, para cada indivíduo. O direito vem ser confirmado em 1990 com a Declaração Mundial sobre Educação Para Todos, nesse sentido, é reforçado pelas diversas declarações das Nações Unidas, que criou a Declaração de Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência, assinado em 1993 e publicado em 1994, garantiu que a educação fosse oferecida com igualdade a pessoas com deficiência.

Nesta direção, conforme já mencionado, em 1994 a Declaração de Salamanca surge para pregar o conceito de inclusão no âmbito da educação, sua origem se deu na Conferência Mundial sobre Educação para Todos em 1990. Esta traz o conceito de inclusão, como:

> "[...] Parte do princípio de que todas as diferenças humanas são normais e de que a aprendizagem deve, portanto, ajustar-se às necessidades de cada criança, em vez de cada criança se adaptar aos supostos princípios quanto ao ritmo e à natureza do processo educativo. Uma pedagogia centralizada na criança é positiva para todos os alunos e, consequentemente, para toda a sociedade" (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 18).

As escolas inclusivas trazem consigo o objetivo de uma educação de qualidade para todos, e que todas as crianças, independentemente, de suas limitações e dificuldades podem e devem aprender juntas com todas as crianças, como também precisam identificar as necessidades de cada aluno para conseguir oferecer atendimento e adaptações viáveis para o processo de aprendizagem, assegurando um ensino de qualidade através de metodologias adequadas. Assim sendo, o professor precisa olhar a diversidade existente em sua sala de aula e entender que no processo educacional o planejamento, a metodologia, os recursos, as práticas e a forma de avaliar o alunado necessita ter a sensibilidade para fazer com que o estudante acredite em si mesmo, mostrando que ele consegue e que por meios de novas descobertas, estas serão essenciais para o seu desenvolvimento e os ajudarão a potencializar suas habilidades.

Desta forma, o papel do docente na escola que tem como base a inclusão, é de auxiliar de forma simplificada fazendo com que o aluno sinta a necessidade da busca pelo conhecimento e a ponha em prática. A Constituição de 1988 aborda a integração e inclusão; o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990; a Lei de Diretrizes e Bases, nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, e a Lei Federal 7.853, de 24 de outubro de 1989. Na Constituição Federal, em seu artigo 208, inciso III, ratifica que é dever do Estado efetivar o atendimento especializado aos portadores de deficiências, essencialmente na rede de ensino regular.

A Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96, em seu artigo 4º, inciso III, autoriza a Constituição Federal, quando determina que o atendimento educacional especializado é gratuito para os alunos com necessidades especiais, intrinsicamente na rede de ensino regular. Já a Lei Federal 7.853, de 24 de outubro de 1989 fortalece a oferta obrigatória e gratuita da educação especial em escolas públicas e no artigo 8º determinou que é crime o preconceito e discriminação à pessoa com deficiência no que se refere ao acesso e permanência na escola. No plano federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, reafirma o direito do deficiente à saúde, à educação e à profissionalização e proteção no trabalho.

A Norma 9394/96 e a Lei Básica citada por Souza e Silva (1997) trouxeram um processo de integração e inclusão. Por meio de suas disposições e legislação no projeto, são garantidos os benefícios da rede de ensino formal: Art. 58 “- § 1º Quando necessário, as escolas normais devem prestar serviços de apoio especial para atender às necessidades dos alunos de educação especial § 2º - Os serviços de

ensino devem ser prestados em sala de aula, escola ou serviços profissionais para atender às necessidades específicas de cada aluno, caso este não possa ser integrado para o ensino regular § 3º É obrigação constitucional do país a oferta de modelos de ensino de educação especial, a partir da faixa etária de educação infantil de 0 a 6 anos."

Já no Artigo 59 "O sistema de ensino garante aos alunos com necessidades especiais: III- Professores com especialização de ensino médio e / ou superior, profissionais de enfermagem e professores de educação formal formado para integração desses alunos em classes regulares: "O governo deverá, primeiramente, ampliar o atendimento aos alunos com necessidades especiais da rede pública regular de ensino"." Portanto, toda lei deve ser interpretada e analisada de acordo com os princípios básicos que estipulam a Constituição Federal.

Em atendimento ao disposto no Decreto nº 3.298 / 99, o nº 7853/89 aprovou a Constituição Federal sobre a obrigatoriedade da educação especial nas escolas públicas. Os alunos são matriculados em qualquer instituição de ensino para cursos ou graus públicos ou privados em razão de sua deficiência". (BRASIL, 1989).

Na resolução nº 02/2001, a Comissão Nacional de Educação também expediu diretrizes de educação especial em 02/2001 e atendeu alunos com necessidades especiais nas classes regulares durante o ensino fundamental. Também garante que "as escolas podem criar turmas muito especiais", desde que cumpram as diretrizes da LDB nas diretrizes curriculares nacionais. Esclarece que o atendimento temporário de turmas especiais para alunos "apresenta sérias dificuldades de aprendizagem ou restrições no processo de desenvolvimento [...]" (Curry, 2005, p. 46). Revisão nº 02/03-CEE no Paraná, estabeleceu regras de educação especial na rede de ensino do estado do Paraná, que é um modelo de educação básica para alunos com necessidades educacionais especiais.

A educação especial é definida como um método de ensino que tem por objetivo apoiar, acrescentar, ou substituir serviços educacionais comuns por meio de um conjunto de recursos, apoios e serviços educacionais que garantam e promovam a educação em todos os níveis, etapas e modalidades. É adequado para crianças, adolescentes, jovens e adultos. A história e a legislação nos dizem que apesar de todas as contradições, ainda existem alguns grupos ou indivíduos que se preocupam em fornecer educação e atendimento a pessoas com necessidades especiais, mas é preciso encontrar maneiras de tornar a educação formal, eficaz e igual a todas as

pessoas, pois a lei precisa ser obedecida. Em vista de toda a trajetória e a elaboração de leis, a maneira como a sociedade e a escola atualmente avalia a educação das crianças com deficiência mudou muito e de forma positiva.

A inclusão escolar tem como objetivo promover a inserção entre os alunos ditos “normais” com os alunos que têm alguma deficiência ou alguma dificuldade de aprendizagem na escola regular. Sendo assim, deduz-se que as crianças aprenderão com as diferenças, sabendo respeitar uns aos outros. Essa forma de pensar e agir tem como meta mudar a cultura educacional e garantir o acesso de todos à educação num sentido amplo, possibilitando que as crianças também se sintam valorizadas e pertencentes à sociedade da qual faz parte. É necessário se ter um olhar singular para com cada aluno, no intuito de que se possa pensar em práticas e meio que possibilite a aquisição da aprendizagem.

Vale salientar, que a educação especial e a educação inclusiva surgiram com propósitos distintos, uma com a demanda de amparar aos alunos com deficiências, e a outra com o intuito de defender a todos que estejam de certo modo excluso, para isso a Declaração de Salamanca (1994), mostra que é necessário se ter um novo olhar às necessidades educativas especiais, a mesma não vem somente beneficiar os indivíduos com deficiência, mas todos que estejam dentro da classe excluída. mediante o exposto, uma contribui para com a outra na perspectiva de alcançar a eficácia e aplicabilidade da igualdade educacional.

2.3 Educação inclusiva na contemporaneidade

Dentro do contexto atual, não cabe mais uma educação que tenha comportamento de exclusão e preconceito. O modo como a contemporaneidade urge por práticas que sejam não de fachada inclusiva, mas que suas ações realmente venham possibilitar a inclusão da diversidade na educação, principalmente naquela que é intricadamente oferecida no setor público. Haja vista, que para se ter uma sociedade justa foi deliberado órgãos competentes para tornar essas ações existentes e fazer com que as leis sejam cumpridas.

A inclusão escolar foi pensada de modo que não fosse somente beneficiar aos alunos com deficiência, mas todos aqueles que de certo modo, por alguma causa

sinta-se excluso desta comunidade. Dentro do contexto educacional ela foi posta para que as diferenças tornassem vistas e aceitas entre os alunos e por todos que compõem a comunidade escolar, desta forma, valorizando cada característica dos alunos através das práticas pedagógicas, que devem alcançar as potencialidades de cada criança. Além disso, serve como modelo para que as crianças que apresentem alguma dificuldade de aprendizagem passem a ter direitos de se beneficiar do mesmo espaço, do mesmo currículo, do mesmo planejamento, bem como das mesmas práticas postas em sala de aula.

Através deste pensamento a escola e os educadores precisam se unir para achar a metodologia, os meios, as práticas e as atividades pedagógicas que se enquadrem dentro do perfil de cada aluno, haja vista todos devem ser alcançados no processo de desenvolvimento, garantindo sua aprendizagem. O atual conjunto de leis sobre a educação recomenda que as instituições de ensino devem garantir aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais: métodos, procedimentos e uma organização específica para atender às suas necessidades (BRASIL, 2007). Desta forma, entende-se que a educação inclusiva não significa considerar o aluno com necessidades especiais como “normal”[4], mas sim propor práticas, ou seja, atividades e procedimentos individualizados por meio dos quais o aluno dê conta de realizar e aprender (RODRIGUES; MOREIRA; LERNER, 2012).

Assim, a inclusão do aluno com necessidades especiais em escolas regulares inclui a oferta de métodos e procedimentos de ensino que proporcionem a participação desses alunos nas atividades sociais e pedagógicas. Desse modo, a partir do princípio de que as crianças com desenvolvimento de aprendizagem diferente dos ditos “normais”, viu-se a necessidade de surgir a modalidade de ensino “Educação Especial”, esta se deu para que aqueles que necessitavam frequentar escolas diferenciadas, tivessem um local adequado, com profissionais que lhes dessem suporte no seu processo de desenvolvimento. Desta forma foram constituídas as APAE - Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, e por conseguinte as instituições que atendessem por exemplo aos alunos com autismo e surdez. Em 1996, o Governo Federal efetivou a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) de nº 9.394, e a partir de então essa modalidade de ensino começou a ter mais avanços e

[4] Sem deficiência ou dificuldades de aprendizagem.

foi posto a obrigatoriedade em oferecer nas as escolas o atendimento a todos os alunos com deficiência.

Diante da efetivação das leis que beneficiavam a inclusão, a sociedade foi amadurecendo e mudando sua postura, haja vista que era necessário, para que, a real inclusão pudesse ocorrer, ainda que em passos pequenos. Entretanto, dentro da sociedade contemporânea ainda é perceptível que o modo como tem ocorrido a inclusão escolar necessite de ajustes, decorrente da falta que há em promover a inserção dos alunos com deficiência ou dificuldade de aprendizagem nas práticas pedagógicas da sala de aula do ensino regular, levando em consideração as diferentes maneiras de aprendizado. Desta forma, entende-se que a educação inclusiva não significa considerar o aluno com necessidades especiais como normal, mas sim propor práticas, ou seja, atividades e procedimentos individualizados por meio dos quais o aluno dê conta de realizar e aprender (RODRIGUES; MOREIRA; LERNER, 2012).

Assim, a inclusão do aluno com necessidades especiais em escolas regulares inclui a oferta de métodos e procedimentos de ensino que proporcionem a participação desses alunos nas atividades sociais e pedagógicas. Logo, percebe que as crianças aprenderão com as diferenças, respeitando uns aos outros, e essa forma de pensar tem o objetivo de mudar a cultura educacional da sociedade, e garantir o direito de todos à uma educação igualitária com o mesmo direito e qualidade, no intuito que as crianças sintam-se valorizadas e incluídas à sociedade a qual fazem parte.

A legislação no artigo 58 trata sobre a inclusão escolar, sendo deliberado que a educação especial tem que ser ofertada na rede de ensino regular para o aluno com deficiência. Nesta perspectiva, levando em consideração a inclusão no contexto da contemporaneidade, à escola deve ofertar profissionais especializados, espaço adequado, matérias que deem suporte para o processo de desenvolvimento do alunado, fazendo um planejamento voltado para atender às demandas vigentes na escola, para tanto, o valor do currículo flexível possibilitará um grande ensino regular preocupado em atender a todos. Além disso, a lei não traz apenas as escolas de nível Fundamental e Médio, mas também a educação infantil, em vista disso, as instituições de ensino devem melhorar a metodologia de ensino e suas práticas em sala de aula, a fim de que o aluno com deficiência ou dificuldade de aprendizagem, consiga desenvolver suas habilidades, desde a fase inicial da criança na escola.

O Governo Federal em 1999, aprovou o Decreto nº 3.298 que traz regimentos para a inserção da pessoa com deficiência (mental ou física), com isso o aluno que precisa de cuidados tem o direito de adentrar na educação infantil desde sua fase inicial de vida. Para tanto, a escola deve ter profissionais especializados para dá suporte e atendimento adequado as crianças, assim também oferecer adaptações de acordo com a necessidade do aluno. Entretanto, a criança só deve ser levada para o atendimento especializado e separada da rede de ensino regular se a mesma não conseguir se adaptar, diante disso a coordenação da escola deverá dialogar com os pais, a fim de achar meios e métodos para ajudar a criança em seu processo de desenvolvimento.

Dentro da perspectiva da inclusão escolar na contemporaneidade, esta deve se efetivar de forma a realmente contemplar a inclusão de todos alunos, levando em consideração a participação dos gestores, professores e dos pais no processo educacional. Para isso, é preciso entender as particularidades que irão possibilitar os meios mais adequados para a educação inclusiva: preparação dos professores, foco nas potencialidades do aluno, espaços adequados e parceria entre pais e educadores. Para FACION (2008), a inclusão não é somente levar a criança com necessidades educacionais especiais para a escola, mas sim uma conquista que ocorre de forma diária e calma, não somente para a escola como também para os próprios alunos e os familiares.

A inclusão escolar é um caminho para fazer com que os professores compreendam a importância de possibilitar em sua prática pedagógica a inserção dos alunos com deficiência ou dificuldade de aprendizagem, dando total valor ao trabalho da diversidade em sala de aula. Sob o mesmo ponto de vista, é notório que se precisa compreender que a inclusão necessita ocorrer em todo espaço ao qual a criança esteja inserida, seja sua casa, escola ou qualquer outro ambiente social. Diante disso, Sasaki (1997), discute que a inclusão social é uma necessidade importante para que a sociedade possa aprender a lidar, respeitar e conviver com as diferenças entre pessoas. A inclusão social é um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais, cidadãos que dela foram excluídos, no sentido de terem acesso a seus direitos fundamentais.

Segundo Sasaki (1997), existem barreiras que as pessoas com necessidade especiais se deparam, e a sociedade precisa ser modificada para incluir estas pessoas. A inclusão social, é também um processo que contribui para a construção

de um novo tipo de sociedade, através de transformações nos espaços e ambientes, desta forma contribuindo para que seja efetivada ainda mais a inclusão escolar frente a contemporaneidade. Para tanto, as transformações cabíveis para que ocorra tanto a aprendizagem quanto a inclusão não deve ser intricadamente voltada à escola, mas ao meio social. A criança em sua totalidade aprende em vários espaços, e esta já nasce com algumas potencialidades, no entanto, a mesma precisa ser instigada para que o seu desenvolvimento ocorra, já que, se não houver seu desenvolvimento esta potencialidade não será visível.

2.4 Currículo flexível numa perspectiva do planejamento individualizado e o PDI

Com o passar do tempo a sociedade foi evoluindo e desta forma surgiu um olhar novo em relação ao processo de aprendizagem da criança com deficiência, sendo perceptível que mesmo tendo algumas delimitações, as crianças aprendem dentro do seu tempo e de diversas formas. Na medida em que houve as lutas e a busca por uma educação igualitária, pode-se dizer que grandes avanços ocorreram em relação a educação especial, entretanto, a preocupação que atualmente tem-se é em relação a construção para cada escola de um currículo flexível na perspectiva inclusiva, bem como em relação ao docente. Se antes o estudante deveria se adaptar ao currículo ou a “grade”, hoje observamos que a escola necessita compreender que seu planejamento deve propor diferentes rotas para diferentes indivíduos.

Partindo da premissa que a educação é um direito social garantido pela Constituição Federal é importante que a sociedade e colaboradores reivindiquem e se certifiquem se a educação também está cumprindo sua função social. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é um exemplo de política educacional fundamental para reduzir desigualdades na educação. O documento define em suas linhas gerais os conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica.

De acordo com Silva (2014), os processos educativos não se restringem somente ao desenvolvimento orgânico ou moral, pois a aquisição de experiencias e conhecimento se dá através das relações e vivências estabelecidas com o meio

social. Dessa forma é imprescindível estabelecer compromisso e respeito ao conhecimento prévio do educando. O currículo é a ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e a educação, entre o conhecimento e a cultura herdados e a aprendizagem dos alunos, entre a teoria e as práticas possíveis, dadas determinadas situações.

Segundo Silva (2010), o currículo refere-se a especificações, métodos, objetivos e procedimentos estabelecidos pelo sistema de ensino, O currículo é um campo permeado de ideologia, cultura e relações de poder. O currículo real é o que acontece dentro das salas de aula com professores e alunos em decorrência de um projeto pedagógico e dos planos de ensino. O currículo oculto é o termo usado para denominar as influências que afetam a aprendizagem dos alunos e o trabalho dos professores. O currículo oculto representa tudo que os alunos aprendem diariamente em meio as várias práticas, atitudes, comportamentos, gestos, percepções que vigoram no meio social e escolar. O currículo está oculto porque não aparece no planejamento do professor.

Ensinar torna-se, então, um processo dinâmico no qual há reações, ao fluir das interações entre professor e aluno, entre aluno e aluno e conteúdo. É um processo interativo e negociável, essencial, tanto para o processo de aprendizagem quanto para delimitar o desenvolvimento de programas e currículos. Nessa perspectiva, as decisões a serem tomadas a respeito dos conteúdos, métodos e objetivos necessitam de informações que vem da avaliação, que deve ser, portanto, contínua e sistemática, oferecendo uma interpretação qualitativa do conhecimento construído. Isso significa que o professor deve orientar, coordenar, estimular, respeitar e compreender o estudante, a fim de que se crie um clima favorável para uma aprendizagem significativa.

O sistema educativo, por sua vez, tenta promover a quebra de paradigmas que permeiam a educação inclusiva. Como reflexo, na educação surge novos desafios. Atualmente, devido às transformações ocorridas na sociedade, há a necessidade de democratização do ensino, permitindo o acesso de crianças e jovens a uma educação de qualidade, tendo em vista o sistema elitista que perdurou por décadas, cedendo lugar a um ensino democrático acessível a todos. Romper com os métodos tradicionais demanda que as escolas se aproximem das necessidades reais dos alunos e que “se propõem trabalhar com a inclusão centrando-se nas [...] adaptações

curriculares e posturas pedagógicas dos professores [...] e demais profissionais responsáveis pelo atendimento ao aluno” (FERREIRA; GUIMARÃES, 2003).

Nesta perspectiva, a contextualização e flexibilização curricular é uma oportunidade de amenizar as desigualdades que permeiam a sociedade. A (re)conceitualização curricular refere-se a um currículo que está em constante (re)construção, permitindo um aprofundamento com a realidade e indo de encontro a uma educação verdadeiramente inclusiva. A partir dessa concepção curricular, os professores deixam de ser meros reprodutores de currículos prontos, passando a ser (co)construtores e gestores de todo processo do mesmo. Partindo desse pressuposto, a educação inclusiva não é direcionada apenas para crianças portadoras de Necessidades Educacionais Especiais, ou seja, deve abranger a todos os indivíduos numa perspectiva de respeito as suas individualidades, aspecto também defendido por Alves (2006).

Dentro da perspectiva de um currículo flexível entra o planejamento individual, que se preocupará em atender às necessidades específicas de cada aluno na aquisição das competências de aprendizagem, levando em consideração que inclusão não é ter o aluno inserido somente na sala de aula, mas ter sua inserção nas práticas pedagógicas propostas. Atrelado a esse entendimento o PDI (Plano de Desenvolvimento Individual) é uma ferramenta metodológica de inclusão escolar, que contribuirá para com a construção das atividades que o(a) professor(a) usará em sala de aula, por meio deste, o docente em suas práticas fará com que ocorra não somente a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, bem como contribuirá de forma significativa no seu processo de aprendizagem.

Nessa perspectiva, a partir do PDI o professor por meio dos dados presentes do aluno, poderá traçar um planejamento de acordo com as especificidades do discente, possibilitando um maior auxílio para seu desenvolvimento dentro do processo de aprendizagem, levando sempre em consideração no traçar do planejamento suas potencialidades. Desta forma, é necessário por parte do docente considerar a fase que o aluno está, para assim acessar o currículo da série em que se encontra, bem como é essencial analisar o espaço da escola, incluindo todas as condições nos aspectos não só físico como dos profissionais, os materiais e recursos disponíveis, a metodologia e as estratégias utilizadas dentro do contexto educacional, assim como o envolvimento da família do discente.

Vale ressaltar, que o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) se trata de uma metodologia de coleta e registro de dados que serve para direcionar os professores diante das necessidades específicas dos alunos com deficiências. Neste plano deve conter informações sobre a vida pessoal do aluno com relação a escola, a família, os profissionais que atuam (médico, psicólogo, psicopedagogo, fonoaudiólogo, etc.), quais os objetivos de aprendizagem desejam-se atingir, as estratégias de ensino a serem utilizadas, assim como a avaliação e os recursos de acessibilidade.

Para tanto, um dos objetivos que a escola deve ter é a obrigatoriedade em promover uma educação inclusiva e, por meio desta, utilizar do planejamento individualizado e em suma do PDI para garantir a inclusão e trabalhar considerando as diferenças individuais de cada aluno.

2.5 Sala de ensino regular

Diante do atual cenário e com as demandas vigentes a sala de aula é o espaço que vai possibilitar a real inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais na comunidade escolar. Para tanto é necessário levar em consideração que ensinar uma criança que tenha seu desenvolvimento dentro da normalidade já é um desafio, imagina ensinar uma criança com deficiência. Desta forma, frente ao que se pede a inclusão, existe um grande problema para a escola em relação a não está preparada para atender e dar o suporte ideal frente as exigências impostas pelo atual cenário.

Desta forma cabe a equipe pedagógica da escola exigir, estimular, incentivar e também oferecer capacitação aos professores, a fim de agregar a sua prática contribuições significativas para ofertar aos alunos, com meios diversificados de aprendizagem para que possam atender às especificidades de cada aluno. Diante disso, a sala de aula deve ser um espaço propício, instigador e atraente para que os discentes se sintam instigados a aprender. Seguindo esta linha, o educador precisa analisar cada perfil do aluno de forma singular, pensando em como propor em suas atividades estímulos para garantir sua permanência na sala de aula.

Muitos são os métodos que o docente pode usufruir para agregar a sua prática de ensino, por exemplo: o quadro de giz, data show (passando por jogos), a relação

do eu com o meio, smartphones, tv, notebook, pesquisa de campo, dentre outras práticas, tornando a sala de aula um espaço atrativo e significativo para o discente. Partindo desse pressuposto, é necessário pensar em práticas metodológicas que possibilitem a aquisição da aprendizagem, para que o indivíduo esteja inserido num espaço que seja estimulado o desenvolvimento em sua totalidade. Segundo Tardif (2014), o professor não trabalha apenas um "objeto", ele trabalha com sujeitos e em função de um projeto: transformar os alunos, educá-los e instruí-los.

Para tanto, cabe ao educador instruir, direcionar seu aluno, pois o mesmo é a ponte entre o conhecimento prévio e a relação deste com o conteúdo apresentado. O docente precisa ter objetivos sucintos ao utilizar os recursos, segundo Souza (2007), a importância de um espaço adequado, bem estruturado para a prática docente se torna fundamental, pois os alunos aprendem com o concreto, isto é, com vivências reais que darão significado ao seu aprendizado.

Diante da educação no Brasil, um dos pontos que chamam a atenção é o espaço escolar. Castro e Fletcher (1986), aborda como era as condições das escolas em 1980; os autores apontam fatos sobre a importância da estrutura, traz apontamentos em relação à educação, abordando os benefícios que obtiveram por meio dos gastos públicos e como tais amparos contribuíram para com a aprendizado dos alunos. Segundo Sátyro e Soares (2007), notaram por meio das pesquisas feitas sobre a estrutura das escolas através dos dados do Censo Escolar de 1997 a 2005, os autores verificaram que mesmo tendo acontecido melhoria neste período em relação a estrutura, em relação ao aprendizado dos alunos não obtiveram êxito.

De acordo com Beltrame et al. (2009), quanto melhor for o espaço, quanto mais bem estruturado estiver, melhor será o desempenho e o aprendizado dos alunos, para tanto o autor corrobora com a ideia que deve se ter uma preocupação em relação a adequação da estrutura local de ensino. Beltrame (2009), também aponta diferenças entre as escolas públicas (zona urbana e rural), como também a diferença da escola pública em relação a privada. Desta forma a desigualdade se apresenta, pois no Brasil a educação básica é garantida e cuidada pelo setor administrativo do estado e município, desta forma ocorre muita negligência na repartição de verbas para a educação.

Para Albernaz et al. (2002), existe grandes desigualdades entre as redes de ensino pública e privada. Segundo o autor as pesquisam apontam que os fatores desta desigualdade estão associados aos aspectos socioeconômicos das escolas. Diante o

exposto, Forneiro (2008), assegura que o ambiente escolar está alicerçado em quatro dimensões: a dimensão física (está ligada ao aspecto material do ambiente); a dimensão funcional (está relacionada a forma de utilização do espaço); a dimensão temporal (trata da organização do tempo) e a dimensão relacional (que refere-se às mais diversas relações estabelecidas dentro da sala de aula).

Além disso, cada dimensão é imprescindível dentro dos aspectos básicos da educação para que tudo possa fluir bem, já que ambas devem se complementar, ou seja, ter uma relação com a outra para se ter bons resultados. Desta forma, é licito destacar que um espaço não se dissocia do ambiente de aprendizagem em sua totalidade, ou seja, um aspecto solidifica o outro, desta forma o espaço, a equipe educacional, a prática e o planejamento caminham alinhados para uma educação de qualidade. Consequentemente as salas de aula devem estar preparadas para receber os alunos, bem como os que possuam necessidades educacionais especiais, o gestor precisa criar espaços diferenciados para que o educador possa realizar aulas complementares, e o professor se apropriar deste ambiente e dos recursos como meios significativos de aprendizagem

É direito de todos o acesso à educação, logo a escola tem a obrigatoriedade em encontra-se adequada para acolher as crianças e oportunizar a inclusão. A escola é o local que precisa impulsionar as estratégias que possibilitarão a criança se devolver e ser inserida na sociedade da qual faz parte, por meio da aquisição do conhecimento adquirido no contexto escolar. Esta precisa ser um espaço de incentivo às atividades pedagógicas que levem o discente a sua prática social, bem como a valorização das diferenças de cada indivíduo.

3 MARCO METODOLÓGICO

O conhecimento científico é um instrumento que nos ajuda a desvelar o mundo a nossa volta como também para compreendê-lo e explicar os fenômenos que nos cercam. Nosso saber e nossas atitudes, em sua maioria, são influenciadas pelas inúmeras experiências da ciência, lidamos diretamente com os resultados do vasto conhecimento que ela produz, incessantemente.

A procura pelo saber se dirige à solução das questões mais imediatas que nos cercam em nosso presente e até mesmo as definições que favoreçam o futuro, com maior qualidade de vida e vantagens reais, dirigidas a um número cada vez maior de pessoas e as relações que estabelecem entre si. Para fazer ciência, devemos reunir atributos importantes: organização, procedimento sistematizado, percepção crítica, pensamento hipotético, capacidade de análise, padronização e possibilidades de medir, avaliar e mensurar.

Para Ferrari (1974, apud MARCONI, LAKATOS, p. 62), ciência “é um conjunto de atitudes e atividades racionais, dirigidas ao sistemático conhecimento com objeto limitado, capaz de ser submetido a verificação”. Segundo Koche (2011), a ciência nada mais é que a possibilidade de encontrar respostas plausíveis, com confiabilidade, e que podem, a qualquer momento, passar por um processo de revisão crítica, fundamentada e sistematizada.

Diante disso, a pesquisa aqui desenvolvida compõe-se de aspectos técnicos, teóricos e qualitativos, para que o conteúdo apresentado seja de maior relevância e possa contribuir com conhecimentos relevantes para os leitores.

3.1 Objeto de análise

O objeto em análise nesta pesquisa trata-se do PDI (Plano de Desenvolvimento Individual). Este material é uma ferramenta metodológica utilizada pelos profissionais da sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado), a fim de por meio de um

planejamento individualizado se consiga promover práticas que auxiliem a criança em seu pleno desenvolvimento.

Este plano tem por característica primordial contemplar a diversidade no processo de avaliação, planejamento e seleção de recursos e práticas do professor na sala de aula regular. Esses registros permitem a coleta de dados direcionados às necessidades individuais específicas de alunos com deficiência, transtornos ou altas habilidades. Segundo Vygotsky (1988), o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer.

O material apresentado é destinado aos psicopedagogos que trabalham em sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Este deve executar um trabalho complementar ou suplementar a formação do aluno, disponibilizando serviços e estratégias para a plena participação social e a aprendizagem do estudante. O PDI é um recurso que deve ser utilizado de forma obrigatória, podendo facilitar a abordagem do professor e favorecendo a inclusão dos estudantes.

3.2 Caracterização da pesquisa

A pesquisa desenvolvida no referido trabalho é de cunho exploratório documental, ou seja, é um tipo de pesquisa que se refere a uma maior familiaridade com o problema ou objeto de estudo, o qual, nesse sentido é o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) e sua aplicabilidade na sala de ensino regular com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses que estimulem a compreensão e possibilitem experiências práticas a partir da pesquisa aqui realizada.

A pesquisa para Gil (2008) é um “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos” (p. 17). Assim, pode-se compreender que para se iniciar uma pesquisa é imprescindível, desde o início, analisar, muito além do que apenas os assuntos a serem pesquisados, são necessários todo um planejamento e a visão do todo e das partes para que o projeto seja efetivado com êxito.

Ademais, a pesquisa realizada desenvolveu-se por meio da análise do PDI, sendo este uma ferramenta metodológica para profissionais que trabalham na sala de AEE, que visa o pleno desenvolvimento de alunos com necessidades educacionais especiais. A pesquisa a ser desenvolvida parte da análise do Planejamento de Desenvolvimento Individual, bem como, pesquisa e levantamento bibliográfico, visando uma análise da formação que os professores receberão em relação à utilização do PDI na sala de aula de ensino regular, o que se faz presente no objeto analisado. Dessa maneira, considera-se esse tipo de pesquisa de natureza qualitativa, de modo a possibilitar, uma análise de problemas presentes na sociedade, sem dá tanta importância a dados quantitativos.

O trabalho realizado é de caráter qualitativo com descrição, comparação e interpretação dos dados, no objetivo de conhecer os elementos específicos em profundidade, envolvendo um conjunto de diferentes técnicas interpretativas, procurando descrever e decodificar. Segundo Richardson (1999), a pesquisa qualitativa é caracterizada pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas. O qual tem o objetivo de acalentar aos professores uma maior facilidade de adentrar a perspectiva de inclusão em sua totalidade, que se faz tão necessário atualmente.

Dessa forma, para Gil (1999), um bom pesquisador precisa, além do conhecimento do assunto, ter curiosidade, criatividade, integridade intelectual e sensibilidade social, ou seja, quanto maior for o seu prestígio e reconhecimento obtido pelas suas tarefas, maior será o seu poder de persuasão e sedução no processo de fazer aliados. Diante disso, o projeto apresentado visa, a partir da análise do planejamento individualizado que cada professor desenvolve para seus alunos especiais, proporcionar uma visão geral no que se remete à qualificação dos educadores frente à utilização das ferramentas metodológicas de ensino que estão disponíveis.

Mediante a isto supomos as divergências entre diversos ambientes e as inúmeras contribuições dos saberes científicos, o conhecimento e as reflexões das influências de toda a sociedade em cima dos indivíduos. BUITONE, (2010), classifica a pesquisa na escola como:

> [...] a possibilidade de busca/investigação e produção do conhecimento. Um conhecimento que sirva para a vida do aluno, tanto na perspectiva de se reconhecer como um sujeito possuidor de uma identidade e que perceba seu

> pertencimento. Como no desenvolvimento cognitivo que lhe permita ler o mundo, trabalhar nele tendo as condições necessárias para viver de modo digno (BUITONE, 2010, p. 36).

Ou seja, a pesquisa científica pode vir a gerar no discente a capacidade inerente dele criar e inventar coisas novas. Que para Antunes (2003): “Para alguns significa também a capacidade das pessoas em divergirem dos padrões consagrados com vistas à criação do novo ou de novas formas de pensar” (p. 12). Contudo a sociedade contemporânea visa somente à quantidade de publicações científicas.

Será desenvolvida uma análise do contexto histórico da educação inclusiva no Brasil, assim, como a mesma está sendo realizada na contemporaneidade, outro ponto a ser analisado é a aplicabilidade do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) nas salas de ensino regular, nas quais os professores conseguem planejar e realizar as suas aulas de forma atrativa, dinamizada e provedora de saberes significativos com uma efetiva inclusão entre seus alunos. Desta forma, pode se constatar que do ponto de vista dos procedimentos técnicos adotados, os mesmos se efetivaram a partir de análises, seja do PDI como de teóricos que o fundamente.

De acordo com Prodanov (2013), a metodologia é todo processo de análise de uma determinada pesquisa científica que busca encontrar soluções para algo a ser investigado e estudado. Por se tratar da qualidade da pesquisa, ela faz analogia ao método fenomenológico porque é um tipo que visa apenas os dados “não importando sua natureza real ou fictícia” (p. 35).

Diante disso, é um tipo de pesquisa que busca sair de uma zona de conforto, ou seja, ir além, analisando todo o seu contexto, a exemplo que pode ser citado, pode-se dizer o que seria o PDI, como o mesmo funciona, quais as metas, quais os objetivos, o que se pretende, os pontos positivos, bem como as fragilidades que podem ser melhoradas, diante disso, pode-se dizer que terá uma visão do todo, partindo de uma análise mais específica. Pois se utilizará de um objeto para refletir sobre um contexto geral que seria a efetiva inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na sala de aula e a preparação que os professores estão tendo para lidarem com a mesma.

Assim, é compreensível que para o pesquisador ter sucesso em sua pesquisa, análise, a mesma deve estar vinculada, cada vez mais, a sua capacidade de captar recursos, analisar estratégias que deem ênfase ao que se quer pesquisar, buscando caminhos que confirmem as hipóteses elucidadas, ou que mostrem o contrário daquilo

que por hora entende-se como uma problemática, a exemplo da concepção que os professores tenham acerca da inclusão dentro da sala de aula.

A utilização desta pesquisa pressupõe a descrição, comparação e interpretação dos dados e problemáticas levantadas, com o intuito de conhecer subsídios característicos em profundidade, adotando-se um conjugado de diversas técnicas interpretativas, procurando descrever e decodificar. Logo, esse tipo de pesquisa é essencial para quem busca em todos os momentos conhecer de forma mais ampla o estudo da realidade por meio de recursos significativos e pertinentes, que é a informação e a interpretação do objeto.

O marco analítico se dá a partir da análise do PDI, uma ferramenta pedagógica que visa a inclusão dos alunos dentro da sala de aula. Na qual será analisado as práticas dos professores e como estes desenvolvem o planejamento de suas aulas, bem como aplicarão as mesmas em seu cotidiano. Pois como afirma Sebastian (2010) e Ainscow (2000), o movimento pela inclusão se constitui em uma postura ativa de identificação das barreiras que dificultam a aprendizagem escolar que alguns grupos encontram, bem como a busca de estratégias para ultrapassá-las, consolidando um novo paradigma educacional que se baseia na escola aberta às diferenças.

Portanto, é nesse sentido que a metodologia busca o estudo tendo em vista os meios que se utiliza para atribuir métodos ou técnicas. Ou seja, requer estabelecimento de técnica, abordagem, delimitação do universo, tipo de amostragem, bem como procedimento, no paralelo que demanda mobilização de teorias no sentido de comunicá-las com os dados investigados para então potencializar a definição do foco da pesquisa, favorecendo a transformação da escola e de sua pedagogia com o objetivo de proporcionar a educação para todos, nos ambientes regulares de ensino.

4 MARCO ANALÍTICO

Com a disseminação da educação especial inclusiva, os ambientes que antes eram improváveis de haver a inserção de pessoas com algum tipo de deficiência passaram a ter um olhar diferenciado. O ambiente escolar, por exemplo apresenta-se como um potencializador de compartilhamento de cultura e interações entre seus alunos e colaboradores. Nesse sentido, o professor como disseminador de conhecimentos precisa estar atento ao que acontece dentro e fora da escola, a percepção de como se dá a relação de respeito, de convivência e compartilhamento de conhecimento entre as crianças, permite que o educador desenvolva estratégias de ensino que colaborem para a aprendizagem de todos os seus alunos.

A partir dessa premissa, o objeto de estudo do referido trabalho é o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), que é uma ferramenta de planejamento utilizado por profissionais da educação nas salas de Atendimento Educacional Especializado, no qual se tem o objetivo de traçar estratégias para potencializar a aprendizagem do aluno com necessidades educacionais especiais. O PDI é uma ferramenta que pode beneficiar não somente o profissional da sala de AEE, como também o professor da sala de aula regular, haja vista que nem toda escola municipal tem em sua estrutura a sala de atendimento multifuncional, sendo assim, o docente pode se utilizar desta ferramenta pedagógica para incluir os alunos com necessidades educacionais especiais a sua prática.

O plano de desenvolvimento individual é uma ferramenta que pode ser utilizada pedagogicamente e possibilitará o estímulo e irá potencializar as habilidades do discente. Este é um plano metodológico de registro e coleta de dados direcionado às necessidades individuais e específicas dos alunos com deficiência. Neste, deve conter informações completas do aluno para ser possível traçar um planejamento educacional, com isso é preciso fazer uma avaliação prévia do aluno, a fim de diagnosticar quais os passos adequados de intervenção, com o intuito de saber quais os conhecimentos prévios do aluno, bem como conhecer as suas potencialidades.

O PDI é utilizado para estabelecer metas e recursos específicos e pode ser construído coletivamente pelos professores das disciplinas regentes da turma a qual o aluno se encontra, não saído dos conteúdos disciplinares, mas levando em

consideração as especificidades de cada discente. Tendo como meta entender suas necessidades por meio das propostas traçadas no plano. O plano, no geral, tem como objetivo promover e auxiliar nas construções das práticas inovadoras, as quais os professores farão uso com o intuito de agregar no processo de desenvolvimento do aluno que tenham necessidades educacionais específicas.

O diferencial apresentado por este plano está em exercitar tais poderes como forma de desafios e aprimoramento de habilidades na construção de práticas inclusivas para a sala de aula regular. Mas, para isso os professores precisam conhecê-lo. Esse reconhecimento antecipado e teórico de definição, permite que o docente reconheça características pré-existentes que podem contribuir para desenvolver metodologias de ensino significativas, e que serão criadas por ele mesmo com um objetivo bem traçado.

Deste modo, permitir aos educadores interpretações subjetivas, permite ao aluno ser visto de forma singular por meio da avaliação de diagnósticos que deve ser aplicado. Porém, o fato é que mesmo identificando as características mais comuns das dificuldades de aprendizagem e definindo uma estratégia específica para cada aluno, não há garantias que o professor será bem-sucedido em todas as práticas. Segundo Tardif (2014), o professor não trabalha apenas um "objeto", ele trabalha com sujeitos e em função de um projeto: transformar os alunos, educá-los e instruí-los. Cabe ao educador, instruir, direcionar seu aluno, pois o mesmo é a ponte entre o conhecimento prévio e a relação deste com o conteúdo apresentado.

Nessa perspectiva, a garantia do sucesso em relação a aprendizagem do aluno não está nas habilidades, mas na dinâmica escolhida. Desta forma, o planejamento é o caminho mais viável para a realização das práticas. Nesse sentido, o professor necessitar ser “transformador”, renovar e reutilizar coisas, ideias e objetos para suprir as necessidades dos alunos e atingir os objetivos traçados, esse poder tem muito a ver com as estratégias que são necessárias agora.

Na ocasião, fez-se necessário a análise panorâmica das atribuições do ensino na perspectiva inclusiva como um direcionamento inadiável para a sociedade atual e do plano proposto como um facilitador para a disseminação de práticas pedagógicas no desenvolvimento de que podem ser utilizadas pelos professores como uma introdução a uma educação inclusiva baseada em propostas práticas, inovadoras e de caráter pedagógico.

4.1 Plano de Desenvolvimento Individual (PDI)

O PDI é um Plano de Desenvolvimento Individual, este consiste como uma ferramenta pedagógica essencial no atendimento educacional especializado, mais precisamente voltado para os alunos com deficiência ou dificuldade de aprendizagem. Nesta perspectiva, cabe salientar que o uso de métodos padronizados no ensino já não faz sentido dentro do contexto escolar atual, é preciso um modelo educacional que valoriza o percurso pedagógico das crianças, para tanto, o currículo flexível é indispensável para conseguir alcançar o desenvolvimento de todos os alunos, pois não cabe mais uma grade curricular única, mas o entendimento de um olhar para o aluno de forma singular.

O plano de desenvolvimento individual é essencial para que o currículo escolar seja adaptado às necessidades dos alunos. A Lei Brasileira de Inclusão (13146/2015) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/1996), desejam orientar o docente na sua prática com o atendimento aos alunos com deficiência e que tenham necessidades educacionais especiais. Sendo assim, o PDI torna-se uma ferramenta que contribuirá para garantir a acessibilidade destes na escola.

A escola, sendo ela pública ou particular, precisa estar adequada para receber todo tipo de aluno, sendo assim também aquele que possua Necessidades Educacionais Especiais (NEE), sejam elas transitórias ou permanentes. Para tanto, é preciso elaborar o PDI com o objetivo de atender às especificidades pedagógicas dos determinados grupos existentes no contexto escolar. O plano de desenvolvimento individual do aluno surge para assegurar o direito à educação e à igualdade a todos. Esta ferramenta possibilita aos docentes tratar as diferenças (dificuldades de aprendizagem) com dignidade e eliminar qualquer espécie de discriminação, visto que irá trabalhar o aluno de forma singular, analisando o que o mesmo precisa para contribuir no seu processo de desenvolvimento, bem como não permitirá que este não alcance dentro do âmbito educacional os requisitos do processo de ensino em suas totalidades, a fim de garantir a inclusão social também.

Mesmo tendo uma suma importância, o PDI ainda é um documento desconhecido por alguns docentes, mesmo esse estando amparado pelas leis citadas. O PDI é contemplado no capítulo “Adaptações Curriculares” dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) publicados pelo Ministério da Educação (MEC). Sendo

assim, a utilização desta ferramenta permite aos professores compreender as dificuldades dos alunos e poderá favorecer ao mesmo com a sua prática, garantindo a aprendizagem. Logo, ao considerar as diferenças, a escola assegura igualdade de oportunidades e promove uma educação inclusiva para todos.

Em suma o plano de desenvolvimento individual do aluno tem como objetivo a inclusão dos discentes com Necessidades Educacionais Especiais, algumas especificidades como: TDAH; Autismo; Dislexia; Síndrome de Rubinstein; Deficiência Física; Transtorno de Pânico; Cegueira; Síndrome de Down, entre outras deficiências. Com a intenção de intervir de forma adequada para cada criança, por considerar as particularidades educacionais desses alunos, possibilitando que diferentes grupos se apropriem sempre de acordo com a condição e tempo da criança.

Para tanto, esta ferramenta tem como objetivo central beneficiar dentro do contexto escolar todos que possuam alguma dificuldade de aprendizagem, por exemplo, o professor pode encontrar no plano de desenvolvimento individual do aluno estratégias mais apropriadas para potencializar a obtenção do conhecimento. Nesse processo são avaliados os aspectos motores, psicomotores, cognitivos, afetivos e comunicacionais que condicionam o aprendizado. Sendo assim, os professores têm melhores condições de acompanhar a trajetória e/ou evolução das crianças.

4.2 Etapas de elaboração

O PDI (Plano de Desenvolvimento Individual) é um plano individualizado, cada aluno tem o seu e seu planejamento é traçado individualmente também. O PDI deve ser feito no início do ano letivo e analisado a cada unidade da escola, sua elaboração deve contar com a participação da gestão escolar, dos professores e dos pais, bem como se possível com a participação dos professionais que o aluno tem atendimento, como por exemplo, o psicólogo.

Este documento é trabalhado a partir da coleta de dados e avaliação prévia dos discentes. É essencial em um primeiro momento identificar os recursos facilitadores e as dificuldades em relação ao desenvolvimento de aprendizagem. É fundamental

anexar as deficiências físicas, intelectuais, transtornos comportamentais, altas habilidades, etc.

A escola pode montar uma equipe que ficará responsável por organizar a pasta onde irá conter as fichas individuais de cada aluno com os dados como: nome, idade, informações sobre os pais, o grau de escolaridade que o aluno se encontra, se possível cópias dos registros das instituições que estudou anteriormente; condições do ambiente familiar; demente, se possuir alguma deficiência específica por meio do CID, problema de comportamento, problemas de saúde, relatórios médicos, relatório do psicólogo se estiver fazendo acompanhamento. Essas seriam as informações essenciais para elaboração do PDI, mas caso a instituição de ensino ache que exista mais alguma relevante pode acrescentar, haja vista, que é um documento que será elaborado pela coordenação pedagógica.

Por meio dos dados adquiridos no diálogo com a família, após tudo já alinhado e pasta do aluno em ordem com todas as informações necessárias, os professores já poderão trabalhar em equipe na construção do documento, bem como do planejamento das primeiras práticas para o diagnóstico do conhecimento prévio do aluno e quais suas potencialidades e dificuldades diante do processo de ensino e aprendizagem. Esta ferramenta tem o foco de atender às necessidades de cada aluno, de forma que supere ou compense os bloqueios diagnosticados no espaço da sala de aula e na própria moradia.

Quais características específicas do plano de desenvolvimento individual: Objetivos claros – geralmente o aluno que tem dificuldades de aprendizagem, tem várias habilidades a serem exploradas. Vai do docente analisar tais especificidades e definir os objetivos que vão dá suporte à prática de ensino no processo de avaliação. Uma estratégia propícia para que o aluno consiga acompanha os conteúdos é cursar menos disciplinas, se houver realmente a necessidade. Propor novos desafios - se for necessário o professor deve adaptar às atividades, ajustar os conteúdos e os critérios para avaliação. Desafios novos geralmente dão certo, instigam os alunos a participação, um bom exemplo para a criança com dificuldades de concentração é propor atividades que envolvam ouvir sons e músicas. Ser comunicado internamente – o documento (PDI) não precisa ser feito como se fosse algo sigiloso e reservado apenas aos profissionais da escola. Durante o decorrer do ano letivo, a cada unidade onde vai ser avaliado, analisando se o planejamento está dando certo ou se precisa ser reformulado, tanto os pais, quanto os alunos e os profissionais que fazem o

acompanhamento com as crianças podem ter acesso, se acharem necessário para obter alguma informação sobre o desenvolvimento do mesmo.

Outras observações importantes sobre esse instrumento: o plano de desenvolvimento individual do aluno jamais deve conter dados que exponham a intimidade da família ou que causem constrangimento; o profissional que acompanha a criança deve ter conhecimento do documento e utilizá-lo em seus trabalhos diários; o PDI deve ser elaborado com vocabulário simples e objetivo, a fim de possibilitar o entendimento por parte de toda a comunidade escolar; o documento deve ter prazo de validade para processos de revisão e determinação de novos objetivos — não é fixo e nem permanente.

4.3 Aplicabilidade

Dentro da perspectiva de se trabalhar a prática docente de forma inclusiva é que vem agregar o PDI. O mesmo possibilitará o professor ter uma visão ampla do aluno, haja vista que toda vez que for elaborar uma atividade ele vai pegar o plano do aluno que tem dificuldade de aprendizagem, analisar suas características, como ver quais são suas potencialidades e dificuldades. Diante da análise feita ao plano, o professor terá um norte de como fará a atividade para a turma de forma que o aluno com necessidades especiais seja incluído.

A BNCC traz consigo dez competências que precisam ser trabalhadas, por sua vez, o professor deverá também se atentar as tais exigências para a construção do conhecimento. O PDI é um documento que se fundamenta no pleno exercício contínuo do planejamento, e todo o planejamento elaborado e reformulado necessita conter dentro do mesmo, e este é de fundamental importância para o professor compreender quais os avanços que o aluno já teve e o que dentro das metas não foram alcançadas, para que, possa-se pensar e repensar na prática pedagógica para com este aluno. O professor usará continuamente esta ferramenta em relação ao aluno com necessidades educacionais especiais.

Sua aplicabilidade se dará de forma progressiva, pois seu percurso é avaliatório, processual e descritivo, devendo ser atualizado conforme a necessidade

educativa de cada aluno. Além de utilizar o PDI a cada construção das atividades, em cada unidade escolar o professor vai utilizar deste para o processo de avaliação do planejamento, indagando: se está vendo evolução, se as atividades estão dando resultados, ou não, e o que deve ser feito. Este vai dá o percurso para o processo de aprendizagem do aluno, vai permitir traçar todas as estratégias e vai da visão do que precisa ser modificado durante o processo do ano letivo.

Dentro da aplicabilidade do PDI tem a avaliação pedagógica que vai dá suporte para compreender tanto o aluno, como se a prática está tendo êxito. A partir dessa avaliação, refaz-se o planejamento, adaptando e construindo os instrumentos pedagógicos para utilizar com o aluno. Dentro da educação existe quatro pilares e dentro destes na perspectiva da educação especial, utilizar o pilar aprender a desaprender, o qual possibilitará ao aluno acreditar em si mesmo. Que não é errado errar, que o erro faz parte do aprender; e o pilar aprender a desaprender se faz essencial para conseguir ajudar o aluno neste processo de aprendizagem, seguindo estes pilares o professor possibilitará ao aluno ter autonomia, pois o mesmo sentirá mais segurança dentro das vivências propostas.

É preciso criar possibilidades que levem o aluno avançar, o professor necessita prepará-lo também para a vida, para ele ser inserido na sociedade, e por meio da utilização do PDI, ele terá uma visão mais ampla de como propiciar tais oportunidades.

4.4 Perfil dos professores

A escola na contemporaneidade prevê a promoção da heterogeneidade, diversidade e respeito às diferenças. A partir dessa perspectiva é necessário refletir sobre o papel do professor dentro desse contexto de escola inclusiva que surge através da evolução dos tempos. Tendo em conta suas motivações, formações e competências relevantes para o processo de ensino e aprendizagem e evolução dos docentes.

O sistema de ensino ainda apresenta lacunas no que compete à formação inicial e continuada para professores, uma vez que, muitos cursos não apresentam em seu currículo uma disciplina no âmbito da educação especial, que possa assim, de alguma forma contribuir para a aquisição de competências e habilidades para

desenvolver um bom trabalho com estratégias para com crianças com necessidades educativas especiais. Ainda se verifica que muitos professores não sabendo lidar com as crianças com necessidades especiais, acabam delegando os seus serviços para outros profissionais. Por tanto, evidencia-se a necessidade de reestruturação na formação de professores.

De acordo com o Relatório da Conferência Internacional sobre Educação Inclusiva (1994: 11), a educação/formação deve inferir competências para uma boa práxis educativa no que compete à educação inclusiva, ao referir que:

> à educação inclusiva tem por base concepções e valores sobre o tipo de sociedade a construir e sobre a pessoa ideal a formar. Se queremos ter sociedades mais inclusivas, mais pacíficas e respeitadoras das diferenças, é essencial que os estudantes tenham a oportunidade de desenvolver e experimentar esses valores na sua educação, em escolas ou em contextos não-formais.

Nessa perspectiva, uma escola inclusiva pressupõe professores com perfil inclusivo, no qual apresente características profissionais concernente ao que se espera da docência. De acordo com a Portaria 212/2009 de 23 de fevereiro, para lecionar na área de Educação Especial é necessário apenas que a qualificação profissional seja acrescida de um curso de formação especializada, entretanto, é necessário considerar que os docentes, mesmo obtendo essa formação especializada, ainda assim, podem não apresentar um perfil profissional ideal para a área de Educação Especial, esse fato só se torna perceptível a partir das práticas e do sucesso educativo decorrente destas.

O docente da Educação Especial está sempre em constante contato com uma enorme diversidade de alunos e problemáticas, o que evidencia a necessidade do educador estar em constante formação para poder dar respostas contundentes a diversidade que o cerca diariamente. É importante portanto, que o profissional além da sua formação continuada, faça uso de estratégias pedagógicas e didáticas que possam auxiliar em uma práxis educativa de excelência, o que reflete diretamente no desempenho tanto do professor quanto do aluno.

A formação continuada nesse contexto é de fundamental importância para que o docente se aprofunde em estudos que lhe possibilite o entendimento quanto a inclusão e como proporcionar a mesma em suas aulas. Nessa linha de pensamento Freire (2011), ressalta que a formação de professores é um processo permanente, em

que tanto a teoria como a prática têm grande importância nas ações pedagógicas do docente.

Portanto, no atual cenário não cabe mais o professor detentor do saber e que se esquiva de se apropriar de novos conhecimentos, assim como, também não há mais espaço para uma escola que não tenha uma visão inclusiva. O ambiente escolar deve ser propício a oferecer um bem-estar educacional para todos, isso inclui alunos com deficiências ou não. Nesta perspectiva, deve ser levado um ensino inclusivo para que, assim, a sociedade em seu contexto se torne inclusiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que o trabalho monográfico foi de extrema importância para ampliar a discussão sobre o PDI como uma ferramenta metodológica dentro da sala de aula regular, uma realidade pouco encontrada nas escolas brasileiras públicas, entendendo que esse estudo ainda trata de uma discussão recente, sendo fundamental para a disseminação da inclusão. Logo, entende-se sua necessidade emergente no currículo da Educação Básica.

Contudo, o foco principal da pesquisa foi atentar para reflexão quanto a aplicabilidade do Plano de Desenvolvimento Individual na sala de ensino regular como um método de inicialização e disseminação desta ferramenta pedagógica, haja vista que os professores ainda não estão inteirados com essa estratégia metodológica para tornar mais significativo esse processo de inclusão no ambiente escolar.

Como todas as discussões que se relacionam com a educação e especificamente com o processo de ensino e aprendizagem, para que haja mudança, primeiramente é necessário a quebra de certos paradigmas, como também a busca pela compreensão das práticas educativas, o estudo do currículo e da língua, o saber e o saber-fazer, entrando em contato direto com o debate acerca do papel da Educação Especial Inclusiva, a mudança de postura dos professores e as contribuições do aprender fazendo na construção do saber.

Considerando essa perspectiva, este trabalho visou compreender a educação inclusiva frente a demanda social, buscando analisar a prática docente no contexto atual de ensino, onde o mesmo deve estar apto a relacionar o conteúdo com a realidade do aluno, traçando estratégias e usando métodos que possam contribuir para a formação do aluno como sujeito crítico, pensante, com habilidades e capaz de agir em sociedade.

Observou-se ser de extrema importância que o professor esteja sempre pesquisando e conhecendo novas estratégias de ensino e aprendizagem, contextualizando-as e buscando novos ambientes acerca da sua área de atuação, isso está ligado à formação pessoal desse profissional que ecoará na sua prática docente. Vale ressaltar que a criança adquire e aperfeiçoa a sua aprendizagem, a partir do planejamento do professor, ou seja, da sua orientação. Dessa forma,

considerando que o professor é o agente transformador, comprometido com a aprendizagem e formação de sujeitos críticos e reflexivos, ele precisa acompanhar as mudanças sociais que são constantes e permitirão uma revolução nas suas práticas pedagógicas. Só assim é que conseguiremos alcançar um modelo de educador que enxerga a criança como um ser que busca constantemente construir o seu conhecimento em meio às interações que lhes são direcionadas pelo seu ambiente social e cultural.

Desta forma, a escola precisa entender a importância das práticas educativas inclusivas, desde as fases iniciais da vida de uma criança, bem como a necessidade de trazer a compreensão a respeito da educação especial. Nesse sentido, a escola e seu currículo precisam ser bem diferentes do que propõe a educação tradicional, sua atuação deve ser mais ampla e complexa, considerando o contexto histórico e político da sociedade, os interesses, as competências e as limitações dos sujeitos inseridos nas diferentes realidades. Dessa forma, uma pedagogia problematizadora provocará nos sujeitos o espírito crítico e a reflexão, comprometendo-se com uma ação transformadora (FREIRE, 1987, 1996).

Seguindo a linha de análise teórica, para Vygotsky (1988), os professores são o ponto chave, como mediador para a construção do aprendizado que este sujeito ainda não possui, tendo que identificar o conhecimento que a criança possui para a partir deste, se utilizar dos instrumentos apropriados para produzir um processo de internalização do conteúdo ainda não adquirido. O docente como um mediador deve oferecer um ensino igual para todos os alunos e sem desigualdade, pois quando o assunto é sobre inclusão não se fala somente em alunos com deficiência, mas também da escola como um ambiente que por apresentar diversidade deve promover a igualdade, respeitando as singularidades e formando o cidadão para a sociedade.

Assim sendo, para Facion (2008), a inclusão não é somente levar a criança com necessidades educacionais especiais para a escola, mas sim uma conquista que ocorre de forma diária e calma, não somente para a escola como também para os próprios alunos e os familiares. Entretanto, para que ocorra uma análise a respeito da aprendizagem do aluno com deficiência é necessário além de mudanças nas metodologias que o docente utiliza, colocar em prática o trabalho com os sentimentos daquele aluno, suas sensações, respeitar o seu comportamento, suas necessidades e vontades, e não ficar restrito somente ao conteúdo da sala de aula. Freire (1996) corrobora para a ideia de valorização dos saberes e vivências dos indivíduos,

discutindo que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para que o próprio sujeito, seja capaz de participar de sua produção e construção.

Neste sentido, pode-se dizer que o professor necessita ter características que vise levar em consideração em sua prática a participação ativa do aluno e que suas ações possibilitem instigar seu aluno na busca pelo aprendizado. Para tanto, o professor precisa buscar e pesquisar, haja vista que está em constante busca por inovação e conhecimento dentro de sua área de atuação é essencial. Dessa forma, a formação continuada de educadores vem tomando caminhos significativos no campo do ensino e aprendizagem, que deve ampliar cada vez mais, para que os profissionais da educação evoluam, bem como a sociedade vem evoluindo.

Logo, falar na formação do professor é planejar o educador que a sociedade sempre almejou, sendo este aquele que busca caminhos diferenciados e, isso não se restringe apenas a graduação. Seguindo esse mesmo pensamento é relevante lembrar que a construção profissional é analisada como um procedimento em constantes transformações. Em suma, diante desse objeto de estudo foi possível notar sua pertinência e adequação de forma significativa dentro do contexto atual, principalmente porque engaja as metodologias de ensino ativo, uma proposta que vem se ampliando e é refletida por todos os profissionais da educação.

Em suma é necessário que o professor saiba relacionar os conteúdos com a realidade social, de modo a favorecer um amplo conhecimento ao ser, este que participa no presente e é induzido a promover mudanças para o futuro. Para tanto, essa prática se constitui de pesquisas, ideias e ações, o que faz necessária a criatividade e a dedicação do orientador no ensino, que servirá como base dos alunos, esses, por sua vez, deverão buscar a socialização com o professor. Portanto, faz-se fundamental que o docente seja autor de suas práticas, as quais devem visar às necessidades dos alunos, dependendo da realidade a qual está inserido.

O estímulo na busca de estudos teóricos que abordam essa temática, principalmente referente ao PDI e suas potencialidades no desenvolvimento de habilidades que contribuem para o sucesso da inclusão escolar, se deu porque a prática desenvolve de maneira objetiva e palpável uma competência fundamental para o desenvolvimento das crianças.

Portanto, o professor deve ser pesquisador, analisando a nova formação de conceitos familiares, sociais e culturais, engajando suas práticas educacionais em estratégias de ensino que englobem todas as transformações do meio em que se vive

dentro de um contexto educacional, pode-se dizer, assim, que cabe a ele construir propostas incentivadoras na sua prática, não ficando preso às práticas tradicionalistas, nas quais ele é o centro de conhecimento e o aluno apenas observador, logo, precisamos explorar nossas capacidades e criatividades para dar e receber o melhor dos alunos.

Esse trabalho não apresentou nenhuma fórmula para resolver problemas, mas sim algumas orientações, análises, reflexões e estratégias que podem amenizar alguns danos posteriores que alguns grupos discriminados socialmente podem vir a sofrer. Não podemos chegar a uma conclusão definitiva sobre o tema da abrangência da educação inclusiva, mas deixamos o desejo de prosseguir com essa pesquisa para o aprofundamento e enriquecimento que esse assunto traz para a formação e ação pedagógica.

Vale ressaltar que dentre as análises feitas por meio da pesquisa, é pertinente salientar que o PDI possibilita contribuições positivas, mas implicações também podem surgir por meio deste, como por exemplo, a rejeição em sua aplicabilidade em sala de aula pelos professores, haja vista, que alguns educadores têm a mentalidade que tal papel (de possibilitar a participação dos alunos nas atividades) deve realizado a partir do professor especializado na educação especial.

Em virtude do que se encontra na sala de aula das escolas públicas, com uma demanda muito grande de alunos, é compreensível que os professores não se sintam capazes de desempenhar o papel de pôr em prática o PDI, levando em consideração caso o mesmo tenha dentro da sua sala um número significativo de alunos com deficiência ou dificuldade de aprendizagem, entretanto, este deve ter em mente que seu papel enquanto educador é atender a todos de forma a contribuir em seus processos de desenvolvimento.

Diante do exposto, é notório a necessidade de práticas e estratégias que levem a uma real mudança na mentalidade do educador quanto a inclusão do discente com deficiência ou dificuldade de aprendizagem. Assim sendo, a análise e reflexão quanto a suma importância do PDI como uma ferramenta metodológica, poderá desencadear uma postura significativa em relação à prática docente.

Diante disto, pode-se concluir que o pedagogo assim como e qualquer outro profissional da educação, precisa comprometer-se em relação ao educar e às dimensões que existem em sua prática, para, assim, construir uma evolução, formando sujeitos com potencialidades únicas frente aos problemas, abordando os

desafios para as crianças, desenvolvendo a construção de noções de tempo e de espaço, possibilitando interação, liberdade de expressão, troca de experiências e estímulos, gerando assim uma formação integral do ser humano.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, T. F. V. **Procedimentos didáticos metodológicos utilizados pelos professores da APAE no processo de alfabetização dos alunos portadores de deficiência mental moderada**. Dissertação de mestrado em educação. 2001.

ALVES, C. (2006). **O Coordenador Pedagógico como Agente para a Inclusão**. In M. Santos e M. Paulino (Orgs.). Inclusão em Educação: culturas, políticas e práticas. São Paulo: Cortez Editora.

ALBERNAZ, Â.; FERREIRA, F. H. G.; FRANCO, C.. Qualidade e equidade na educação fundamental brasileira. **Texto para Discussão**, n. 455, v, 1. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2002.

ANTUNES, Celso. **A criatividade na sala de aula**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BELTRAME, M. B., MOURA, G. R. S. Edificações escolares: infra-estrutura necessária ao processo de Ensino e aprendizagem escolar. In: Revista eletrônica **"Revista Travessias"**, v. 3, n. 2, 2009. Disponível em: Acesso em: 13 jun. 2015.

BEREOHFF, A. M. P. **Autismo, uma visão multidisciplinar.** São Paulo, GEPARI, 1991.

BEREOHFF, A. M. P. **Autismo**: uma história de conquistas (ASTECA). In Em Aberto, Brasília, ano 13, n.60, out./dez. 1993.

BIANCHETTI, L. Os trabalhos e os dias dos deuses e dos homens: a mitologia como fonte para refletir sobre normalidade e deficiência. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 1, p, 61-75, 2001.

BOOTH, T. e AINSCOW, M. Indicie de Inclusion: desarollando el aprendizaje y la participation en las escuelas. **Centr for studies on Inclusive education**, Bristol UK, 2000.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEB, 2017.

BRASIL. **Educação Inclusiva**: a fundamentação filosófica. V. 1. Coordenação geral: SEESP/MEC; organização: Maria Salete Fábio Aranha. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília: 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacional**. Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Declaração de Salamanca**, Brasília, 1994.

BRASIL. **Constituição Federal**. Promulgada em 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8069/90 de julho de 1990.** São Paulo: Cortez.

BRASIL. **Lei n. 7.853/89**. Brasília, 1989.

BRASIL. **Decreto 3.298/99** ,1999, Brasília.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre as necessidades educativas especiais.** Brasília, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, Brasília, 2007.

BRASIL. **Lei n. 7.853/89 Brasília.** Decreto 3.298/99 ,1999, Brasília.

BRASIL. MEC/SEB. **Base Nacional Comum Curricular**: Ensino Médio. Brasília. 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#introducao. Acesso em: 20 de junho de 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC/SEB, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto n. 6.301, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil – e-Tec Brasil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6301.htm> Acesso em: 10 set. 2010.

BUITONI, M.M.S. **Geografia**: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2010.

CARMO, Apolônio Abadio do. **Deficiência física**: a sociedade brasileira cria, “recupera” e discrimina. Brasília: Secretaria dos Desportos/PR, 1991.

CASTRO, C.; FLETCHER, P. **A escola que os brasileiros frequentaram em 1985.** Rio de Janeiro: Ipea, Iplan, 1986.

CURY, C. R. J. Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 35, nº 124, 2005, p. 11-32.

FACION, J. R. **Inclusão escolar e suas implicações**. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

FERREIRA, M. & GUIMARÃES, M. (2003). **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A Editora.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Madalena. **A formação permanente**. In: FREIRE, Paulo. Trabalho, comentário, reflexão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

FORNEIRO, M.L.I. Observación y evaluación del ambiente de aprendizaje en educación Infantil: dimensiones y variables a considerar. In: **Revista Iberoamericana de educación**, Espanha, n. 47, p. 49-70, mai./ago. 2008. Disponível em: Acesso em: 15 jun. 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JIMENEZ, R. B. (org) **Necessidades educativas especiais**. Dinalivro: Lisboa,1997.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia cientifica**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 7ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de Metodologias científicas**. Editora: Atlas, 2011.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e Igualdade Social**. São Paulo: Avercamp. 2006.

MANTOAN, Maria Teresa. Egler. **Compreendendo a deficiência mental***:* novos caminhos educacionais. São Paulo: Scipione, 1989.

MENDES, E.G. **concepções atuais sobre Educação Inclusiva e suas implicações políticas e pedagógicas**. In: MARQUEZINE, M. C; ALMEIDA, M.A; TANAKA, D.O.(Orgs): educação especial: políticas e concepções sobre deficiência. Londrina: Eduel, p. 25-41, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. 2010. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010.

Pontos importantes sobre a inclusão escolar na educação infantil. 2018. Disponível em: https://educacaoinfantil.aix.com.br/inclusao-escolar-na-educacao-infantil/. Acesso em jun. de 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho cientifico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

RODRIGUES, I. B.; MOREIRA, L. E. V.; LERNER, R. **Análise institucional do discurso de professores de alunos diagnosticados como autistas em inclusão escolar**. Psicologia Teoria e Prática, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 70-83, 2012.

SASAKI, R.K. **Inclusão**: Construindo uma sociedade. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

SÁNCHEZ, P. A. **Revista da Educação Especial**. Brasília: Secretaria de Educação Especial. Brasileira, v.1, n.1, out. 2005.

SAVIANI, D. Sobre a concepção de politecnia. Rio de Janeiro: FIOCRUZ-EPSJV, 1989. SÁTYRO, N.; SOARES, S. **A infra-estrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental**: um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005. Textos para Discussão, n. 1267. Brasília: Ipea, 2007.

SEBASTIAN, E. A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 32, n. 2, p. 193-208, jul./dez.2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3 ed. 1ª reimp. – Belo Horizonte: Autentica, 2010.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. Políticas de constituição do conhecimento escolar para o ensino médio no Rio Grande do Sul: uma analítica de currículo. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 30, n. 1, p. 127-156, 2014.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. **Políticas curriculares para o ensino médio no Rio Grande do Sul e a constituição de uma docência inovadora**. Educação Unisinos, São Leopoldo, v. 19, n. 1, p. 68-76, 2015.

SILVA, Moacir da. **A formação do professor centrada na escola**: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2002.

SOUZA, S.E. **O uso de recursos didáticos no ensino escolar**. Arq Mudi. v.7, n.11, p. 110-114, 2007. WUBBELS, T. Editorial: student perceptions of teacher-student relationships in class. International Journal of Educational Research, n. 43, p.1-5, 2005.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. **Como Entender e Aplicar a Nova LDB**: lei nº 9.394/96. Paulo Nathanael Pereira de Souza, Eurídes Brito da Silva – São Paulo: Pioneira, 1997.

TARDIF, M.; LESSARD, C. (Org.). **O ofício do professor**: história, perspectivas e desafios internacionais. Petrópolis: Vozes, 2002.

UNESCO, (1994) (trad.). Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das Necessidades Educativas Especiais. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade. Salamanca. IIE. Lisboa.
Portaria 212/2009 de 23 de fevereiro. **Diário da República, I série — N.º 37.** Disponível em http://dre.pt/pdf1s/2009/02/03700/0126101264.pdf.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo, Martins Fontes, 1988.

ANEXO A - TERMO DE RESPONSABILIDADE DO REVISOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

ages

TERMO DE RESPONSABILIDADE

RESERVADO AO REVISOR DE LÍNGUA PORTUGUESA
Anexar documento comprobatório de habilidade com a língua, exceto quando revisado pelo orientador.

Eu, Jeferson Reis Santos,

declaro inteira responsabilidade pela revisão da Língua Portuguesa do Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia), intitulado:

Educação inclusiva: contribuições para o desenvolvimento de metodologias dentro de um planejamento individual.

a ser entregue por Glenda Airan Bispo dos Santos,

acadêmico (a) do curso de Pedagogia.

Em testemunho da verdade, assino a presente declaração, ciente da minha responsabilidade no que se refere à revisão do texto escrito no trabalho.

Paripiranga, 09 de julho de 2021.

Jeferson Reis Santos
Assinatura do revisor

ANEXO B - TERMO DE RESPONSABILIDADE DO TRADUTOR

ages

TERMO DE RESPONSABILIDADE

RESERVADO AO TRADUTOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA: INGLÊS, ESPANHOL OU FRANCÊS.
Anexar documento comprobatório da habilidade do tradutor, oriundo de IES ou instituto de línguas.

Eu, **Aurelia Emilia de Paula Fernandes**, declaro inteira responsabilidade pela tradução do Resumo (Abstract/Resumen/Résumé) referente ao Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia), intitulada:

Educação inclusiva: contribuições para o desenvolvimento de metodologias dentro de um planejamento individual

a ser entregue por **Glenda Airan Bispo dos Santos,**

acadêmico (a) do curso de **Pedagogia**

Em testemunho da verdade, assino a presente declaração, ciente da minha responsabilidade pelo zelo do trabalho no que se refere à tradução para a língua estrangeira.

Paripiranga, 09 de julho de 2021.

Aurelia Emilia de Paula Fernandes

Assinatura do tradutor